



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PA
AA

PRIMEIRA REUNIÃO DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO, REALIZADA EM VINTE E NOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZASSEIS. -----

----- ATA NÚMERO DOIS -----

Aos vinte e nove dias de abril do ano de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas, realizou-se na sua sede, sita Rua Almirante Cândido dos Reis, número 12, na Sala da Assembleia Municipal de Montijo, a segunda sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montijo, sob a presidência da sua presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Amélia Macedo Antunes, coadjuvada pelos Excelentíssimos Senhores Pedro Rafael Pereira Reis Carromeu e Isabel Maria de Almeida Lourenço Travessa, respetivamente Primeiro e Segundo Secretários. ----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, cumprimentou o senhor Presidente da Câmara Municipal, a Vereação, os senhores Deputados Municipais, os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e o público presente.

Efetuada a chamada para a verificação das presenças, além dos mencionados, foram registados os seguintes **Deputados Municipais**: **PS** – Ricardo Bernardes, José António Rocha Caria, Fernando Coelho e Alcídio Torres de Carvalho. **CDU** – Francisco José Cunha do Rosário Salpico, Avelino dos Santos Antunes, Vítor Balegas, José Manuel Rosa Ferra e Mário Manuel Rocha Baliza Leonardo. **PSD** – Ana Filipa Mota, Sérgio Vasco, Alfredo Rodrigues, Francisco Cordeiro, João Figueiredo e Nadine Balasteiro. **BE** – Ricardo Caçoila e Cipriano Pisco. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Pe
H
AA

Foram ainda registados os seguintes **Presidentes de Junta ou substitutos**: -----

União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro – Fernando Caria, (PS); **União das Freguesias de Atalaia e Alto Estanqueiro/Jardia** – Luís Miguel Morais (PS); **União das Freguesias de Pegões** – António Francisco Miguéns (PS), **Junta de Freguesia de Canha** – Armando Piteira (PSD) e **Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes** – Joaquim Batalha (CDU). -----

Solicitou **substituição do mandato**, que foi apreciado e aceite pela Assembleia Municipal nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro: -----

Deputados Municipais

Fernanda Fernandes (PS), tendo sido substituída pelo Deputado Municipal, Ricardo Bernardes. -----

Sabina Pereira (CDU), tendo sido substituída pelo Deputado Municipal, Vítor Balegas. -----

Maria do Carmo Guia (PSD), tendo sido substituída pela Deputada Municipal, Nadine Balasteiro. -----

Faltou a senhora Deputada Municipal – Ana Catarina Jimenez (PCP-PEV). -----

A **Câmara Municipal** esteve **representada** pelo senhor **Presidente**, Nuno Ribeiro Canta. Presentes também os senhores **Vereadores**: Carlos Jorge Antunes de Almeida (CDU), João Paulo Dinis (PSD), Ana Isabel Leonardo Baliza (CDU), Pedro Nuno da Silva Vieira (PSD) e Francisco dos Santos (PS). -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Pa
AA 97

Seguidamente, a Senhora Presidente, abriu o período destinado à intervenção do público, de acordo com o artigo 32º do Regimento da Assembleia Municipal de Montijo. O público presente não interveio. -----

Seguidamente, submeteu-se à aprovação as atas, tendo as mesmas obtido as seguintes deliberações: -----

Ata n.º 1 de 26 de fevereiro de 2016

Aprovada por unanimidade. -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, declarou aberto o período

ANTES DA ORDEM DO DIA

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, informou que a Mesa da Assembleia Municipal, tinha um conjunto de informações para dar. -----

Assim, em primeiro lugar deu a palavra, ao **primeiro secretário da Mesa, Pedro Carromeu**, que leu a **Ata da reunião dos representantes dos Grupos Parlamentares com a Associação para a Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“Decorreu no dia 3 de março de 2016, pelas 20 horas e 30 minutos, na sede da Assembleia Municipal, uma reunião com o Presidente do Conselho de Administração da Associação para a Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo, os membros da Mesa da Assembleia Municipal e os representantes



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dos Grupos Municipais do PS, da CDU, do PSD e do BE. Esta reunião foi convocada na sequência de uma proposta aprovada em sessão da Assembleia Municipal, no dia 26 de fevereiro, e destinou-se a recolher informação sobre a atual situação da Associação, responsável pela Escola Profissional do Montijo (EPM). -----

Estiveram presentes a presidente efetiva da Assembleia Municipal, Maria Amélia Macedo Antunes, coadjuvada por Pedro Rafael Pereira Reis Carromeu e Isabel Maria de Almeida Lourenço Travessa, respetivamente Primeiro e Segundo Secretários. Em representação da Associação para a Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo (AFPDM), compareceram o Presidente do Conselho de Administração, João Luís Candeias Martins, e o Vice-Presidente, Manuel da Cunha Neiva. Em representação dos Grupos Municipais, estiveram presentes os respetivos representantes. Pelo PS, Maria Fernanda Pereira Fernandes; pela CDU, Avelino dos Santos Antunes; pelo PSD, Ana Filipa Mota; e pelo BE, Cipriano Pisco, conforme lista anexa. -----

A Presidente da Assembleia Municipal iniciou os trabalhos destacando o papel da Assembleia enquanto órgão fiscalizador e tendo em conta que a Associação se encontra no perímetro de consolidação de contas do Município. -----

Começou por apresentar um documento previamente elaborado sobre o historial da Associação, que se passa a transcrever: -----

“O ensino profissional passou a ter acolhimento na Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovado em 1986, quase a fazer 30 anos. A adesão de Portugal à então CEE, deu o seu contributo para o desenvolvimento da educação, da formação. -----

Pe
AA



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Res
AM

O ensino profissional em Portugal tem em síntese um histórico que podemos resumir em termos de enquadramento legislativo, pelas seguintes fases: -----

A primeira fase ancorada no Decreto-lei nº 26/89, de 21 de janeiro e subsequentes alterações. -----

A segunda fase com a publicação no Decreto-Lei nº 4/98 de 8 de janeiro; -----

A terceira fase, enquadrada agora recentemente pelo Decreto-lei nº 92/2014, de 20 de junho, o Regime Jurídico das Escolas Profissionais. -----

O ensino profissional em Montijo iniciou-se no decorrer da primeira fase com a criação da Escola Profissional do Montijo a partir de 1992/93, constituiu-se e consolidou-se com o apoio da CMM. -----

A segunda fase do seu crescimento e ampliação determinou a decisão política da CMM de proceder, em termos organizativos à constituição de uma Associação de Desenvolvimento Local como proprietária da Escola Profissional. Constituiu-se assim a Associação para a Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo – APFPDM. Esta associação foi constituída em 14 de junho de 1999 e teve como sócios outorgantes a Câmara Municipal do Montijo; a Associação dos Industriais e Exportares de Cortiça; a ALIS – Associação Livre do Industriais de Suicultores; O Centro Social de S. Pedro do Afonsoeiro; A ANIC – Associação Nacional de Industriais de Carnes. Os seus estatutos foram publicados no DR III série, nº 196/99, de 23 de agosto. A associação para além de centrar a sua principal ação na educação, em especial no ensino profissional e na formação, foi ampliando a sua ação ao longo dos anos, estreitando a sua relação e ligação às empresas, às diversas associações do concelho para além da organização e promoção de iniciativas próprias e em parceria designadamente com a CMM. ---



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
P
H

Em 2006 iniciou os intercâmbios juvenis com candidaturas ao vários programas europeus que permitiram e permitem acolher no Montijo centenas de jovens oriundos dos países da União Europeia. Tem possibilitado também que jovens do Montijo possam conhecer outras realidades dos países da União Europeia. -----

As atividades de enriquecimento curricular deram lugar a outra parceria com a Câmara que foi bem sucedida, incluindo a área social que destacamos o desenvolvimento do projeto "Junto de Si", a Academia Senior, o CRAM – Conservatório Regional de Artes do Montijo, a participação em inúmeros eventos, que destacamos o papel insubstituível no Centenário da República e do Dia da Europa. -----

Com a entrada em vigor da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto que aprova o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, a APFPDM face aos seus estatutos, passa a estar abrangida por esta legislação, designadamente pelo disposto no nº 3 do seu artigo 1º, artigo 3º, artigo 18º, alínea b) e ainda as normas de controlo e fiscalização do Tribunal de Contas. É a partir daqui que a Associação é obrigada à aplicação da legislação pública em matéria de aquisição de bens e serviço, o que tratando-se de uma entidade privada, de gestão privada, coloca alguns entraves à gestão. Abre-se então a possibilidade de a associação poder alterar os seus estatutos, acolhendo novos sócios com interesse para a associação, para o desenvolvimento de novas áreas de atividade. -----

Durante o ano 2013, decorreram reuniões, com a Presidente da Câmara nesse sentido, com o Conselho de Administração representado pelo Professor João Martins e com a Dra. Sónia Rachão, advogada da associação. Foram trocados argumentos no sentido de avaliar os pros e contras da alteração estatutária. ----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
E
H

Colocavam-se três possibilidades: -----

1ª Possibilidade – Deixar tudo como estava; -----

2ª Possibilidade – A Assembleia Geral passar a eleger todos os representantes dos órgãos da Associação, mantendo a Câmara Municipal do Montijo uma posição dominante de 51%, para melhor defender o património municipal existente, até então. Esta solução não resolveria a questão da aplicação da legislação em análise, mantendo-se a Associação no perímetro financeiro do Município. -----

3ª Possibilidade – A Câmara Municipal do Montijo ter uma posição de 46% com a obrigatoriedade de ter um representante no Conselho Fiscal. Reforço da sua posição com contratualização e salvaguarda do património municipal, bem como, qualquer alienação ou oneração total ou parcial do património adquirido ou por qualquer forma participado pelo Município do Montijo carecer da autorização prévia da Câmara Municipal do Montijo e ainda que os bens cedidos pelo Município e temporariamente afetos à atividade da Associação voltarem obrigatoriamente findo o prazo para o Município. A Câmara Municipal ficaria ainda com o direito de proceder à destituição do Conselho de Administração em determinadas circunstâncias. -----

Em 18 de outubro de 2013, eram estas as três posições que estavam a ser objeto de análise e discussão para posterior decisão, com troca de propostas de estatutos. -----

Acresce que com a nova Lei das Finanças Locais, Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, designadamente os seus artigos, 54º, nº 1, alíneas c) e e) e artigo 75º, nº 1, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2014, veio “amarrar” definitivamente a APFDM a consolidação da contas. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
h

A presente situação da Associação, com domínio predominante da Autarquia, pressupõe o apoio desta para dar continuidade a um conjunto de atividades suscetível de gerar receita para honrar os seus compromissos, como o serviço da dívida resultante da construção do edifício da escola, posteriormente da Casa Europa, bem como responder pelos salários atempados dos funcionários, prestadores de serviços e fornecedores, pois só com um conjunto de atividades que a Associação pode e deve desenvolver conseguirá obter as receitas necessárias para saldar os seus compromissos. -----

As opções devem ser analisadas tendo em conta o passado, o presente, mas acima de tudo perspetivar o futuro da Associação com transparência e sentido de responsabilidade. -----

Presentemente, deverá ter sido em conta o novo regime jurídico enquadrador das escolas profissionais, o Decreto-lei nº 92/2014, de 20 de junho." -----

Seguidamente, o Presidente da AFPDM fez uma breve síntese do historial do projeto e do respetivo modelo de financiamento. Em 1998/1999, com a EPM em funcionamento num conjunto de apartamentos situados na zona do Saldanha, na Rua Cidade de Évora, o Ministério da Educação considerou que as instalações não eram adequadas, pelo que nos anos seguintes se procurou uma solução alternativa para a EPM. Tendo em conta o ultimato feito pelo Ministério da Educação, já em 2003/2004, iniciou-se o projeto de arquitetura para as novas instalações da Escola, que foi entregue ao ministério. Foi realizado um protocolo com a Câmara do Montijo sobre o financiamento para o projeto, que ficou na altura acordado em 2,5 milhões de euros, embora a estimativa se situasse acima, nos 3,8 milhões de euros. Nos termos do acordo então realizado, a autarquia financeira o projeto em 960 mil euros, sendo que os restantes 1,5



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AAE ✓
H

milhões de euros seriam obtidos com recurso a crédito bancário. Ficou ainda acordado que a Autarquia pagaria uma parte do seu financiamento com a venda dos apartamentos na Rua Cidade de Beja e das lojas na Rua Cidade de Évora. ---- Segundo João Martins, com o arranque da obra da construção do novo edifício, tornou-se evidente que esta ficaria nos 3,8 milhões de euros estimados, acrescidos de 200 mil euros para equipamentos. Da parte do Ministério da Educação, o financiamento foi de 381 mil euros, tendo a AFPDM recorrido ao crédito bancário, na CGD, para um empréstimo de mais 1,4 milhões de euros, para além dos 1,5 milhões iniciais de empréstimo bancário na mesma entidade. No que respeita à contribuição da Autarquia, ficou nos 715 mil euros, tendo em conta que foi impossível proceder à venda dos referidos apartamentos pelo valor que se pretendia, apesar da hasta pública realizada para o efeito. ----- O presidente da AFPDM destacou que apesar deste endividamento bancário no valor total de 2,9 milhões de euros, a Associação continuou a realizar vários investimentos. Nomeadamente a abertura em 2015 da Casa Europa, um alojamento local que representou um investimento de 560 mil euros em seis frações adaptadas e mobiladas para o efeito. Neste caso, contratualizou com a CGD mais um empréstimo de 350 mil euros, sendo o restante coberto por recursos próprios. Referiu ainda o CRAM - Conservatório Regional de Artes do Montijo, que representou um encargo de 120 mil euros a cinco anos mas que representa, na sua opinião, um projeto de grande relevância para o concelho. --- A Presidente da Assembleia Municipal recordou que a decisão de construir novas instalações para a EPM foi na altura muito complicada, tendo em conta o montante do investimento. Mas a Autarquia, então liderada por si, assumiu esse risco. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AAE
H

Referindo-se à situação atual do projeto da AFPDM, o seu Presidente considerou ser relativamente equilibrada. O único desequilíbrio que existe atualmente é na tesouraria, o que tem colocado alguns constrangimentos pontuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos aos quadros da Associação. A justificação encontra-se, segundo João Martins, no modelo de financiamento que obriga ao pagamento antecipado da despesa, para posteriormente ser reembolsada e ao cancelamento em 2013 de vários programas de formação no âmbito do anterior Quadro Comunitário de Apoio: Centro de Reconhecimento e de Validação de Competências, Formação Modular para Adultos, Cursos de Educação e Formação para Adultos e o Programa de Formação para Públicos Estratégicos, no âmbito da igualdade de oportunidades e das pessoas mais desfavorecidas. No total, estas atividades eram responsáveis por 800 mil euros de receitas, o que afetou o funcionamento regular do projeto, que tem 80 trabalhadores a tempo inteiro e mais de 80 em regime de prestação de serviços. A conta de gerência da AFPDM era de 3,2 milhões de euros, pelo que menos 800 mil euros, representou um corte significativo e não se antecipa para quando estas atividades poderão ser retomadas, nomeadamente no âmbito do novo QCA, o Portugal 2020. Para fazer face a esta situação, foram entretanto rescindidos os contratos com 8 pessoas, o que representou uma indemnização total de 60 mil euros. -----

O Presidente da Associação garantiu que os 3,5 milhões de euros de dívida bancária contraídos há oito anos estão rigorosamente em dia, sendo atualmente o valor da dívida de médio e longo-prazo de 1,45 milhões de euros. Nestes anos, conseguiram-se amortizar dois milhões de euros. Já as dívidas de curto-prazo situam-se em 350 mil euros, compostas por letras e factoring, o que

AA P
H



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

eleva a dívida global da AFPDM para 1,8 milhões de euros. Destaca ainda que a 31 de dezembro de 2015 a Associação tinha créditos de 300 mil euros, sendo a dívida do Ministério da Educação de 250 mil euros e 35 mil euros do Programa Escolhas, nomeadamente. -----

João Martins explicou que a Associação conseguiu nos últimos dois anos novos projetos para fazer face à quebra de receitas, nomeadamente o Programa Erasmus +, que trouxe ao Montijo 400 alunos estrangeiros em 2015 e este ano deverá trazer cerca de 500. Outra aposta é a formação de adultos, que representa quase 100 mil euros de receitas. Pelo que, apesar das dificuldades, considera que não existe qualquer receio em torno da sustentabilidade da Associação e da sua capacidade de se reinventar. Atualmente, a dívida a fornecedores é de 30 mil euros. Destaca ainda o atraso nos pagamentos do Ministério da Educação e programas de formação já contratados e em curso desde 1 de setembro de 2015, de cerca de 280 mil euros. -----

Os responsáveis dos Grupos Municipais destacaram nesta reunião a importância estratégica da AFPDM para o Concelho. Avelino Antunes (CDU) salientou a necessidade do poder central e da Autarquia assumirem as suas responsabilidades no projeto. Fernanda Fernandes (PS), que começou por fazer uma declaração de interesses, tendo em conta que já foi professora e diretora pedagógica na EPM, refere o valor extraordinário da Associação para o desenvolvimento do Concelho e da região. E salienta que, depois de ter ouvido o Presidente da Associação, deixou de estar preocupada com a sua viabilidade, uma vez que as dificuldades são conjunturais e não estruturais e que a escola desenvolve atividades que garantem a sua sustentabilidade. Já Ana Filipa Mota (PSD) destaca que a sua bancada nunca colocou em questão a gestão da



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA P
H

Associação mas apenas determinar se efetivamente existiam ou não problemas financeiros para poderem colaborar na sua resolução. -----

Respondendo às questões da representante do grupo parlamentar do PS, o Presidente da AFPDM salientou que a Associação sempre conseguiu financiar as suas atividades e assegurar o serviço da dívida, que é de cerca de 300 mil euros por ano. E que desde 1993 é um projeto autossustentável, não tendo quaisquer dos seus oito associados feito qualquer pagamento de quotas ou colocado dinheiro na Associação. -----

Cipriano Pisco (BE) mostrou o seu descontentamento sobre as notícias alarmistas de uma alegada situação difícil da AFPDM, que não correspondem à verdade e que podem denegrir a imagem da Associação. E salienta que o tema foi mesmo a Sessão de Câmara, o que comprova que existe algum alarmismo sem justificação, solicitando à Bancada do PSD para ter cuidado nas intervenções que faz na Assembleia Municipal. -----

Em resposta, Ana Filipa Mota (PSD) garantiu que apenas se tratou de solicitar um esclarecimento ao Presidente da Câmara, tendo em conta a sua posição de Associado maioritário na AFPDM. E destacou que nunca foram referidos problemas de gestão mas apenas de liquidez. E questionou o Presidente da Associação sobre a situação atual dos dois protocolos que esta tem com a Autarquia. -----

Segundo João Martins, existem atualmente dois protocolos. O primeiro com uma equipa do CTJA, com a transferência de 10 mil euros anuais para a Associação, que presta o apoio a todos os espetáculos com jovens. E um segundo que passou pela criação do Gabinete de Desenvolvimento Económico, no âmbito do qual a Autarquia transfere mensalmente 1800 euros para

AA
P
H



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pagamento parcial aos dois recursos humanos alocados ao projeto. Este gabinete desenvolve um conjunto de iniciativas na área do movimento associativo. Está ainda a ser analisado um protocolo no âmbito das Academias Sêniores. -----

Questionado por Ana Filipa Mota (PSD) sobre o que se poderá fazer para melhorar financeiramente a APFDM, o seu Presidente considerou que, como em qualquer empresa, terá que haver mais projetos e mais receitas. A Associação tem condições intrínsecas de ser sustentável, desde que a envolvente o permita. Salienta no entanto que para garantir o futuro será necessário clarificar o que os associados pretendem para a Associação, nomeadamente a Autarquia. Mais questionou se já tinha contactado os sócios acerca da alteração de estatutos, e, se estes demonstraram interesse. O professor João Martins respondeu afirmativamente. -----

Maria Amélia Antunes destacou a necessidade de, tendo em conta a legislação atual, da alteração de estatutos da AFPDM. Considerando que a Associação como está não tem futuro, pois os atuais estatutos não permitem o seu desenvolvimento, da Associação, adiantou que a verificar-se uma futura alteração de estatutos, o património que é municipal terá de ser salvaguardado. Sendo uma instituição privada sem fins lucrativos, a atividade da Associação, não se compadece com a consolidação de contas no perímetro do município do Montijo e da sua intervenção, pelo que defende a entrada de novos associados. Para o Presidente da Associação, a legislação veio colocar problemas à Câmara do Montijo e à AFPDM, pelo que os associados terão que analisar a situação e encontrar soluções, procedendo-se eventualmente a uma alteração de estatutos. De acordo com a lei, a CMM tem agora que consolidar as contas da



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Associação, o que significa reconhecer os 1,8 milhões de euros de endividamento desta. Paralelamente, o facto de estar no perímetro do município coloca à Associação alguns constrangimentos, tendo em conta que é considerada uma entidade pública. João Martins destaca que a Associação já trabalhou com três Executivos municipais distintos e que nunca a sua gestão foi condicionada de alguma forma mas que a atual situação está a limitar as atividades da Associação. -----

Por isso, defende existirem duas alternativas. Ou o Executivo da Câmara entende que o projeto deve ser público e, nessa medida, assegura os recursos para o seu funcionamento. Ou, se entender que deve ser privado, deve assumir-se como um parceiro estratégico, ficando com uma posição claramente maioritária em relação aos outros associados, garantindo sempre a utilidade pública, da AFPDM, bem como o seu património. Esta segunda alternativa permite à Associação funcionar como entidade privada e sem constrangimentos, nomeadamente em termos de financiamentos. -----

João Martins defende que se a génese da Associação foi a de juntar as forças vivas do tecido económico da região, com os oito associados atuais, poderiam entrar mais associados. Mesmo assim, a Associação consegue sobreviver na situação atual, com condições bastante difíceis. Esclarecendo que não houve até agora impedimentos significativos, esta é uma situação que importa clarificar. Adianta que o tema foi apresentado ao atual Presidente da Câmara no ano passado, a quem entregou uma proposta de alteração de estatutos, que garantiu estudar a questão. Não tendo havido até agora uma decisão, considera que ela é cada vez mais premente. O que está em causa é saber se a Câmara

AA
H



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pretende ter uma escola profissional municipalizada ou uma verdadeira associação. -----

Relativamente ao futuro, considera necessário avançar com a construção do polo tecnológico, obra estimada num milhão de euros, acrescidos de IVA e que abrange a construção de seis oficinas. Trata-se, na sua opinião, de um projeto estratégico que permitirá consolidar o que já foi feito pela AFPDM, reforçando as suas valências e propostas e concentrando num único local atividades que hoje estão dispersas, com todos os custos associados. Os custos da dispersão estão estimados em cinco mil euros mensais. João Martins está convicto de que a EPM conseguiu alcançar a dimensão atual graças à aposta no atual edifício, pelo que a construção das oficinas permitirá reforçar as componentes de educação e formação e potenciar sinergias. Na sua opinião, este é um projeto que deverá ser feito já, apesar dos atuais constrangimentos, sendo essencial para consolidar a AFPDM e a EPM. -----

Esclarecidas todas as dúvidas dos representantes dos Grupos Municipais, foi acordada entre todos os presentes a elaboração desta Ata.” -----

Seguidamente, a **segunda secretária da Mesa, Isabel Travessa**, prestou a informação que abaixo se transcreve: -----

**CONFERÊNCIA COMEMORATIVA DOS 40 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA PORTUGUESA**

“Realizou-se no passado dia 9 de abril, a conferência comemorativa dos 40 anos da Constituição da República Portuguesa que teve como oradores o Professor Catedrático, Constitucionalista, Jorge Bacelar Gouveia da Universidade Nova de



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM
ch

Lisboa e o Senhor José Pedro Soares, Deputado da Assembleia Constituinte, membro do PCP. -----

A sessão teve lugar na sala de sessões da Assembleia Municipal de Montijo, decorreu com elevada participação e envolvimento, enriquecedora de conhecimentos e experiências vividas pelos oradores com todas as pessoas presentes, em especial daquelas que usaram da palavra, o que muito contribuiu para dignificar esta assembleia municipal e todos os seus eleitos. -----

A conferência insere-se nas ações previstas para o ano de 2016 a organizar pela Assembleia Municipal do Montijo.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, em nome da Mesa, prestou uma informação alusiva à **proposta de estratégia para a Revisão do Plano Diretor Municipal do Montijo**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“Na Assembleia Municipal de 26 de fevereiro foi suscitada a existência de uma proposta de estratégia para a Revisão do Plano Diretor Municipal do Montijo/PDM, que tinha sido apresentada pela respetiva equipa técnica, ainda no anterior mandato. Todavia, uma vez que a sua análise e discussão coincidia com o início da pré-campanha eleitoral, por estarmos já em abril/maio de 2013, não reunindo as melhores condições para a sua discussão, de acordo com o meu critério de então, a mesma não foi objeto de análise e discussão. Na sequência desta informação foi solicitado cópia do documento, pelo Deputado da CDU, Avelino Antunes, como melhor consta da ata da referida sessão. -----

Posteriormente, veio o Vereador Pedro Vieira do PSD, apresentar no dia 24 de março, um requerimento dirigido à Presidente da Assembleia Municipal, a solicitar igualmente cópia do mesmo documento. -----

AAE
H



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O facto de não se iniciar a discussão, permitiu que a equipa da Revisão do PDM continuasse a trabalhar na proposta e apresentou posteriormente um trabalho mais completo e mais elaborado. -----

Em 5 de abril entreguei na Assembleia Municipal, após contacto telefónico com o Vereador Pedro Vieira uma cópia do documento que tinha em meu poder, com o título Revisão do PDM do Montijo, Volume II – Relatório de proposta. No dia 5, ordenei igualmente a entrega à CDU de cópia do mesmo documento, após contacto telefónico com o Deputado Avelino Antunes. Entretanto, o Deputado Avelino Antunes telefonou a solicitar uma reunião com autarcas da CDU. A reunião foi agendada e realizou-se no dia 7 de abril, à 10h e 30m, no gabinete da Presidente da Assembleia Municipal, com os Deputados da CDU Avelino Antunes e Francisco Salpico e o Vereador Carlos Almeida. Desta reunião foram informados previamente os 1.º e 2.º secretários da Mesa, Pedro Carromeu e Isabel Travessa, respetivamente, tendo-lhes sido solicitada a presença na reunião, não sendo a mesma possível devido aos seus afazeres profissionais. ----

A reunião versou essencialmente sobre o referido documento e a estranheza pelo facto de o senhor Presidente da Câmara alegar reiteradamente na Câmara e na Assembleia Municipal, desconhecer a sua existência, sendo que a atual equipa da Revisão do PDM, é constituída pelos mesmos técnicos, apenas com outra coordenação e ser desconhecido nos serviços da Câmara. -----

Reiterei a informação que tinha, era a que o documento foi entregue ao senhor Presidente pelos então responsáveis da coordenação técnica da Revisão do PDM, tal como a mim também me tinha sido entregue. Mais informei, que já depois da Assembleia Municipal de 26 de fevereiro, diligenciei e estabeleci

FA
Pg
H



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

contacto telefónico com os serviços que me informaram que o documento existia pela descrição e temas que eu acabava de enumerar. -----

Em síntese, reafirmei o que consta da ata da Assembleia Municipal, páginas 58, 60 e 61. Reafirmei que esta situação decorre da sequência de também ter informado que estava igualmente preparada para análise e discussão a alteração de estatutos para APFPDM, ver pág. 57 da ata, que não foi discutida e submetida a votação dos órgãos municipais, câmara e assembleia Municipal, devido à proximidade do ato eleitoral para as eleições autárquicas de 2013.” ----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, em nome da Mesa, prestou uma informação alusiva às **Senhas de Presenças dos Deputados Municipais**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“O Deputado Municipal do BE – Cipriano Pisco, suscitou na conferência de representantes, de junho de 2015, que lhe fosse entregue o despacho e o parecer jurídico que pudesse esclarecer a situação, ainda não resolvida do pagamento das senhas de presença aos deputados municipais, com várias reuniões bem como os que substituem os Presidentes de Junta. -----

Posteriormente, com entrada nos serviços da assembleia municipal em 11 de junho, vem o referido senhor deputado formalizar o pedido, tendo o mesmo seguido para o senhor Presidente da Câmara Municipal, no dia 15 de junho. A resposta do senhor Presidente deu entrada nos serviços em 15 de julho, referindo que os membros das assembleias municipais têm direito a uma única senha de presença, independentemente da duração da sessão da assembleia municipal e que os presidentes de juntas que exerçam o mandato a tempo inteiro ou a meio tempo não têm direito a senhas de presença. Suporta esta

AAE
H



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

interpretação no parecer homologado pelo senhor Secretário de Estado da CCDR Norte e nos Estatuto de Eleitos locais, Lei nº 29/87, de 30 de junho, que está junto. Importa referir, que esta situação transitou do mandato anterior. ----

Na sequência solicitei então, em 21 de outubro de 2015, pedido de parecer jurídico à ANMP sobre esta e outras matérias. A ANMP remeteu-nos o seu parecer em 3 de novembro de 2015, no qual defende que se aplica o nº 1 do artigo 10º do Estatuto dos Eleitos Locais, que diz *“Os eleitos locais que não se encontrem em regime de permanência ou meio tempo têm direito a uma senha de presença por cada reunião ordinária ou extraordinária do respetivo órgão e das comissões que compareçam ou participem”*, concluindo que a lei é para aplicar a todos os eleitos locais. Do referido parecer foi remetida cópia ao senhor Presidente da Câmara Municipal do Montijo, em 10 de novembro de 2015. -----

Não obstante, toda esta informação de cariz jurídico e formal, procedeu-se ainda a diligências informais junto de órgãos municipais de outro municípios, designadamente, Sesimbra, Vila Franca de Xira e Lisboa, que agem de acordo com o Estatuto dos Eleitos Locais, tal como a ANMP refere. -----

Certo é que até ao momento, a situação do pagamento das senhas de presença aos autarcas no Município do Montijo se mantém inalterada. Recentemente o senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Pegões, Senhor António Miguéns, veio suscitar de novo a questão e juntou um parecer da DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais, que entende, tal como a ANMP que *“os eleitos que não se encontrem em regime de permanência ou meio tempo, têm direito a uma senha de presença por cada reunião ordinária ou extraordinária do respetivo órgão e das comissões que compareçam ou participem”*. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANA P
H

Trata-se como é óbvio da participação dos eleitos em regime de permanência ou de meio tempo, nas sessões e reuniões do próprio órgão. Acontece que, os membros da assembleia municipal do Montijo, não exercem o seu mandato em regime de permanência ou de meio tempo, bem como os presidentes de junta que participam nas sessões da assembleia municipal por inerência, encontram-se igualmente em regime de não permanência, no órgão Assembleia Municipal, pelo que tem direito a receber senha de presença pela sua participação. -----

Face à posição dominante de que os eleitos quer da assembleia municipal, quer os presidentes de junta de freguesia e desde que não se encontrem em regime de permanência ou de meio tempo, têm direito a uma senha de presença por cada reunião ordinária ou extraordinária do respetivo órgão e das comissões que compareçam ou participem, se determina nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 30.º da Lei nº 73/2013, 12 de setembro e do nº 2 do artigo 20.º do Regimento da Assembleia Municipal, que passem a receber senhas de presença de acordo com os pareceres jurídicos da ANMP e da DGAL, que se juntam. -----

Mais se solicita, que a produção de efeitos se verifique às presenças constantes da lista da sessão ordinária de novembro da Assembleia Municipal do Montijo.”

O senhor **Deputado Municipal – José Ferra (CDU)**, no uso da palavra, e dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara Municipal, colocou as seguintes questões: -----

“Primeiro, queria saber se o senhor Presidente da Câmara, já tem resposta relativamente à promessa das novas instalações para o Grupo dos Comilões? Segundo, tem a ver com uma situação de risco, sobre o Pavilhão nº 2,



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Alfredo Rodrigues

nomeadamente nas bancadas. Pretendo saber informação sobre como está esta situação?” -----

O senhor **Deputado Municipal – Alfredo Rodrigues**, (PSD), no uso da palavra, leu uma **Declaração Política**, cujo teor se transcreve: -----

“Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal, -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----

Exmos. Senhores Vereadores e Deputados Municipais, -----

Caros Munícipes, -----

O Montijo acabou de ficar enriquecido com mais uma obra há muito desejada e que só peca por tardia perdendo assim uma parte do seu efeito mas que não deixo de saudar, refiro-me ao novo Cais dos Pescadores. Para que não haja confusões deixo bem explícito que ficámos agradados com o bem que se faz aos poucos mas valiosos pescadores que exercem a sua faina na nossas águas ribeirinhas, oxalá outros se juntem e possamos ver uma renovação da classe piscatória dando maior razão e sentido ao investimento feito. No PSD apelamos para que o município não adormeça à sombra do passado mesmo recente e saiba emendar para o futuro e já, os pontos a melhorar e em falta. Falo da dragagem dos lodos para permitir a laboração de barcos com maior cala e um efetivo acesso ao cais mesmo de pequenas embarcações dado o seu assoreamento assim como a melhoria e finalização das infraestruturas envolventes. -----

Tem ai o Sr. Presidente Nuno Canta serviço a terminar e creio que certamente não o deixará de fazer dando seguimento às reivindicações que a própria SCUPA já fez publicas como julgo ser do conhecimento da Autarquia. -----

AA
H



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Não posso deixar no entanto de fazer aqui um alerta e uma chamada de atenção ao Sr. Presidente Nuno Canta que é, o da destruição dos velhos cais em madeira e estacaria que os detentores de embarcações tradicionais usavam no Esteiro da Quebrada e das dificuldades hoje existentes e agravadas com a construção do cais dos pescadores. É urgente e necessário um pontão flutuante ou similar e a reparação da rampa existente para dar condições de trabalho e boa utilização do pequeno mas valioso esteiro da quebrada. Lembro a necessidade de desenvolver as atividades na nossa terra o mais possível sendo a das embarcações tradicionais um polo de desenvolvimento que é abrangente e de muitas valências como sejam a cultura da preservação dos barcos tradicionais, o turismo, a divulgação da terra, etc. etc. -----

Assim questiono ao Sr. Presidente quais as medidas em falta no Cais dos Pescadores que são do seu real conhecimento, quais são as soluções que tem previstas. E em relação aos problema dos utilizadores de embarcações tradicionais, qual a sua perceção e qual é evidentemente a vontade e predisposição da autarquia de resolver o problema. Sendo que ambos as situações são grandemente potenciadoras de um bom retorno dos investimentos feitos. Ressalvo a importância para análise que existem vários cais improvisados no Montijo e perto de uma centena de barcos tradicionais, os pescadores profissionais e embarcações lúdicas de turismo que usam o ancoradouro da zona ribeirinha possivelmente de forma passível de melhorias. Será que não existem equipamentos subaproveitados e que não podem ser deslocados para onde sejam necessários? -----

AA ✓
H



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Entendo que não seria suficiente para o Montijo uma utilização esporádica em dias festivos dos equipamentos referidos. E a ser só assim só teríamos mais do mesmo ou seja “Faz de Conta”. -----

Recomenda assim o PSD uma utilização mais partilhada e conseqüente destes equipamentos e que ninguém seja esquecido e relevado para um segundo plano.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Ricardo Caçõila (BE)**, no uso da palavra, leu uma **Saudação**, que abaixo se transcreve: -----

“Comemora-se este ano os 42 anos da Revolução de Abril, 41 anos das primeiras eleições livres e democráticas por sufrágio universal e direto em Portugal e 40 anos da Constituição da República Portuguesa (aprovada a 2 de Abril de 1976). -----

Saudamos o 25 de Abril, que após 42 anos de democracia as ideologias que estiveram na base da Revolução dos Cravos estão bem vivas e são cada vez mais necessárias. Festejámos a 25 de Abril o ressurgir da democracia que devolveu ao povo português a esperança no presente e no futuro. A Revolução do 25 de Abril de 1974 é, contra todas as marés e correntes atrasadas e saudosistas, um dos momentos mais importantes da nossa história que deve ser contado e lembrado a todas as gerações. Comemorar o 25 de Abril de 1974 é um dever de todos os cidadãos que aspiram a mais democracia. Deve-nos honrar todo o nosso passado histórico e recente pois sem a heroica ação dos militares, a clausura do regime déspota teria continuado. Deve-nos honrar a ação de todas as mulheres e todos os homens, que lutaram contra o fascismo e, em alguns

AAI
H



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

casos, deram a vida para podermos hoje viver num regime democrático onde se respeitem os valores da igualdade, solidariedade e fraternidade. -----

Saudamos a Constituição da República Portuguesa, aprovada a 2 de Abril de 1976, que proporcionou a efetivação dos valores que a Revolução de Abril nos trouxe, bem como a garantia dos direitos individuais e coletivos dos cidadãos e das cidadãs portuguesas, da participação cívica até a consagração democrática das autarquias locais. -----

- Princípio da Liberdade, com a consagração de um vasto leque de direito, liberdades; -----

- Princípio da Igualdade, entre pessoas, homens e mulheres, atenuando diferenças entre os cidadãos; -----

- Princípio da Fraternidade, com a liberdade de expressão, de associação, de imprensa e de participação política; direitos económicos, sociais e culturais, a promoção da igualdade dos cidadãos no acesso ao trabalho e consagrando direitos sociais conquistados num amplo e intenso processo de luta popular. ----

Saudamos também o 1º de Maio – Dia Internacional do Trabalhador e de todos aqueles que têm sido as principais vítimas das políticas de austeridade impostas ao nosso país nos últimos anos, e que continuam a lutar pelo efetivo direito ao trabalho, como proclama a Constituição da República Portuguesa, por melhores condições laborais e salários justos.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Ricardo Bernardes (PS)**, no uso da palavra, leu uma Declaração Política, cujo teor se transcreve: -----

“Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados, -----

Na passada segunda-feira assinalou-se o 42º aniversário do 25 de abril de 1974,

AA
97



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que a Câmara municipal do Montijo comemorou com a dignidade que a ocasião impõe, designadamente através da inauguração de um merecido monumento de homenagem aos ex-combatentes na Guerra Colonial e da tradicional sessão solene que teve lugar nos Paços do Concelho. -----

A Democracia de abril é o regime que devolveu ao povo os direitos e liberdades cívicas fundamentais, que lhe reconheceu a titularidade da soberania e a possibilidade de escolher livremente quem exercerá o poder político. -----

Mas é muito mais do que isso. É também um regime assente no princípio da solidariedade e na promoção da democracia económica social e cultural, que afasta o assistencialismo em benefício dos direitos sociais, ancorados na dignidade da pessoa humana e substitui o centralismo pela descentralização e pela autonomia, nomeadamente pela autonomia do poder local democrático. – Este regime, que a todos orgulha, permitiu-nos em apenas quatro décadas fazer progressos que, em certo momento, talvez tenham parecido inimagináveis: a Escola pública, o Serviço nacional de Saúde e um conjunto de prestações sociais, a participação na Europa Democrática, que tomou lugar do Imperialismo Colonialista... Todos com um contributo decisivo dos Governos do Partido Socialista, todos assentes num consenso que juntou forças políticas e boa parte da sociedade civil. -----

Senhora Presidente, -----

Senhoras e senhores deputados, -----

Este ano assinalamos igualmente quatro décadas de vigência da Constituição de 1976. Aprovada pela Assembleia Constituinte eleita em 1975, a Lei Fundamental da chamada «Terceira República» é um dos textos constitucionais de maior longevidade da História Constitucional Portuguesa, permanecendo atual,

AA [Handwritten signature]



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

resiliente e efetivamente capaz de assegurar os direitos e as liberdades fundamentais dos cidadãos (principal função de um texto constitucional), como recentemente se provou com as medidas aprovadas pela ex-coligação governamental PSD-CDS/PP, que sucessivamente violaram princípios jurídicos fundamentais como a segurança jurídica e a proteção da confiança legítima, a igualdade e a proporcionalidade, nomeadamente na vertente de proibição do excesso. -----

Fruto do entusiasmo geral da população com a perspetiva de inaugurar um regime democrático, as eleições que escolheram os deputados constituintes foram as mais participadas de sempre; por sua vez, os eleitos representavam transversalmente a sociedade portuguesa, contando-se entre eles dos mais deputados especialistas em direito constitucional da época – como Jorge Miranda, Freitas do Amaral ou o atual Presidente Marcelo Rebelo de Sousa – mas também cidadãos eleitos pelo concelho do Montijo, aos quais prestamos a nossa homenagem. -----

Elaborada num clima de alguma agitação, comum aos períodos pós-revolucionários, a Constituição de 76 soube aprender com a experiência histórica das Leis Fundamentais suas antecessoras e procurar um equilíbrio entre as principais tensões político-ideológicas da época; mas soube também ter a capacidade de perspetivar o futuro, o que explica largamente a sua longevidade. -----

Nas suas quatro décadas de vigência, a Lei Fundamental do atual regime, apesar da sua relativa rigidez, foi sete vezes revista, sempre com grande consenso político. Destas revisões, duas assumiram carácter estrutural: primeiro a RC de 1982, eliminando resquícios militares do sistema, criando o Tribunal

AM



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Constitucional e atenuando os poderes do Presidente da República, perante quem o Governo deixa de responder politicamente. Parece ser esse o sentido prático, do forte do condicionamento do poder de demissão do executivo pelo Chefe de Estado (desde aí nunca utilizado), mas temperado por um poder de dissolução parlamentar livre – que não é muito frequente em sistemas semipresidenciais; -----

Depois da RC de 1989, de pendor predominantemente económico, que adapta a ordem jurídica portuguesa à realidade imposta pela adesão às Comunidades Europeias, eliminando significativamente a componente socialista da organização económica, com destaque para a supressão do princípio da irreversibilidade das nacionalizações. -----

Senhora Presidente, -----

Senhoras e senhores deputados, -----

No próximo domingo assinalamos também o dia Internacional do Trabalhador que, justamente, só voltou a comemorar-se e como feriado nacional em 1974. São históricas as imagens dessa data pelo consenso que gerou, pondo lado a lado dois líderes partidários que os projetos políticos defendidos para o Regime que Revolução do MFA abriu viriam, meses depois, a separar. -----

Inseparavelmente ligada à luta pela melhoria das condições de trabalho da nova classe social forjada pela Revolução Industrial, esta data simboliza muitas das conquistas por ela obtidas: a redução do horário de trabalho, o direito a descanso semanal obrigatório, o direito à reforma e à assistência na doença e na velhice, a melhoria das condições de trabalho, o direito à greve e à livre associação em sindicatos, o direito à contratação coletiva. -----

A entrada numa nova fase do Estado Social de matriz europeia – por vezes dita



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
P
S

de estado Social Pós- Providência – nos anos 80 do século passado, e a afirmação do ideário neoliberal, que largamente domina as instituições da atual União Europeia, mostra-nos hoje que, apesar dos progressos feitos, esta data mantém muito do seu significado o que é especialmente posto em evidência, com as recentes tendências para a «flexibilização da legislação do trabalho», nos excessos que ela tem acarretado». -----

Plausivelmente explicável pela necessidade de fornecer às empresas mecanismos que se lhe permitam adaptar a sua gestão às diferentes conjunturas económicas, e de não rigidificar o mercado de trabalho ao ponto de empolar o desemprego, esta «flexibilização» foi claramente levada longe de mais em Portugal nos últimos 4 anos, porque foi para além dos limites da sua lógica própria. Podemos mesmo dizer que juntou o pior de dois mundos: facilitou os despedimentos e reduziu as compensações. -----

A comemoração do Dia do Trabalhador permanece atual, dizíamos. E ganha hoje novo significado com as reformas que urge implementar na legislação do trabalho e que o programa do novo Governo, em boa hora, consagra: limitação da utilização de contratos a termo às situações justificáveis; relançamento da contratação coletiva, acompanhado da emissão de portarias de extensão ou de condições de trabalho, em setores onde são necessárias e é fraca a representatividade coletiva de trabalhadores e empregadores; reforço do papel da concertação social; dotação da ACT de efetivos mecanismos para garantir o cumprimento da lei; reforço da conciliação do trabalho com a vida familiar; promoção do emprego jovem. -----

O Grupo Municipal do PS na AM do Montijo manifesta o seu orgulho pela forma como o Executivo Municipal do PS na Câmara Municipal, sabe prestigiar com a



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
h

sua atuação, estas datas, e se mantem, na sua governação fiel aos valores da liberdade e da democracia. Um orgulho amplamente partilhado pelos cidadãos da nossa terra, que este ano estiveram massivamente na rua, nas iniciativas de comemoração, designadamente na inauguração do monumento aos ex-combatentes.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes** (CDU), no uso da palavra, disse: -----

“Em síntese a intervenção que vou fazer, visa tocar em alguns temas. -----
Sobre o 25 de Abril, é natural que cada um de nós, tenhamos ângulos de observância diferentes, sobre a mesma situação. Quero referir que a sessão solene na Câmara Municipal foi muito pouco participada e foi pobre. Quando se faz uma sessão solene, como foi a do 25 de Abril, devia de haver mais rigor, como por exemplo, devia de haver cadeiras para os membros da Assembleia Municipal, à meia-noite, aqui o Montijo estava completamente “morto”, quando de facto se iniciava o 25 de Abril. Aqui mesmo ao lado em Alcochete, estava cheio de pessoas, convivendo e vivendo *Abril*, havia um palco e até se cantou “GRÂNDOLA VILA MORENA”, na nossa terra, ao contrário daquilo que aqui foi dito, a forma como se vive e viveu abril do ponto de vista institucional pela Câmara Municipal, deixa muito a desejar, porque não tem em conta o que Abril merecia, os Capitães de Abril e o nosso povo, com a luta antifascista, também mereciam melhor. -----

Outra questão que aqui foi colocada pela leitura da ata que a senhora Presidente da Assembleia Municipal fez há pouco, referindo-se ao documento do relatório da revisão do PDM, gostaria de em primeiro lugar referir de que



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA
9

nunca foi, nem é apanágio da CDU, insultar quem quer que seja ou entrar nesse campo. Aquilo que dizemos e fazemos é a verificação dos factos e a verificação dos factos, queiramos ou não tem leituras políticas, como hoje já viram aqui. Dizer claramente que não pretendemos, nem damos para esse peditório, o que assumimos publicamente, é que nos foi entregue um documento de proposta de Revisão do PDM, um documento de trabalho e em relação a este documento o que emitimos na nossa opinião pública, que é inaceitável e que deve ser esclarecido em todas as suas vertentes, porque de facto o documento existe. O que colocamos é como é possível não haver conhecimento desse documento. Estamos perante pessoas e da mesma força política, que governaram durante 16 anos a Câmara Municipal do Montijo e que agora está novamente à frente dos destinos da Câmara Municipal. -----

O senhor Presidente da Câmara atual, foi vereador durante 16 anos e Vice-presidente da Câmara, por isso senhor Presidente desconhecer este documento com importância para o futuro do Montijo, que trata da Revisão do PDM do Montijo, é grave. Isto são factos políticos, não é pessoal. Até porque não é só esta questão do PDM, nós já tivemos aqui também em relação às rendas municipais uma falta de clareza e o recorrente uso à falta de verdade. Também já verificámos em relação à Escola Profissional, também verificámos aquilo que foi dito no tratamento com as freguesias, até classificando um documento que outrora houve com a freguesia de Sarilhos Grandes que foi crucificada e que até hoje é inaceitável. Reafirmar efetivamente que não se trata de insultos a quem quer que seja, trata-se de problemas políticos, com factos e com reflexos políticos, que do nosso ponto de vista são claramente inaceitáveis. ----- Também referir que estive na última reunião de câmara, procuro estar sempre



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature or initials in the top right corner.

que posso, e, tomei algumas notas do que foi referido e quero colocar duas questões. Uma tem a ver com o recurso sistemático que o senhor Presidente da Câmara utiliza, de que não é feito obras ou que não se pode ir mais longe, porque o orçamento não foi aprovado. Isto é uma falsidade política, porque efetivamente a vida já nos demonstrou e neste mandato não foi impeditivo o facto de não haver orçamento aprovado e veja-se o número de revisões que já foram feitas ao orçamento. Isto é voltar ao passado, nós não aceitamos esta tentativa de condicionar o direito de voto de qualquer membro desta Assembleia Municipal e particularmente dos Presidentes de Junta de Freguesia. Referir também, que lamentamos claramente a política do PSD, em relação à afirmação feita pelo senhor Vereador Pedro Vieira, ao afirmar que a CDU ao inviabilizar o orçamento colocava em causa aquilo que ia para Sarilhos Grandes. O senhor Vereador tornou-se o quarto vereador do PS a tempo inteiro, o PSD começou a ser a bengala do PS. Quando no primeiro ano de mandato, nós viabilizámos o orçamento da Câmara Municipal e lembro-me bem que o senhor ex-deputado João Afonso, disse aqui nesta casa que nós, eramos a bengala do PS, na altura expliquei que não, porque estávamos no primeiro ano e iríamos dar o benefício da dúvida e ver como decorria o exercício do cargo político, para podermos analisar. Mas referir, que nessa altura o PSD votou contra e agora devolvo aquilo que o PSD disse e com essa sua atitude também pôs em causa os seus companheiros da Assembleia Municipal, quando votou contra, pondo em causa o interesse das populações, segundo a sua versão. -----
Isto é para o senhor ver a sua contradição e objetivar dessa forma a seguir à intervenção do senhor Presidente da Câmara, veja-se as atas, foi uma colagem política, seguida de uma “pirueta” de facto inaceitável. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature and initials in the top right corner.

Queremos dizer que o que tornámos público através de um comunicado da Comissão da Concelhia do PCP, não foi a divulgação de uma devassa de qualquer coisa que não pudesse ser tornado público. O que tornamos público foram factos.” -----

Seguidamente, ainda no uso da palavra, o senhor Deputado Municipal, leu uma **MOCÃO**, alusiva **“PELA REJEIÇÃO DA DENOMINADA PARCERIA TRANSATLÂNTICA DE COMÉRCIO E INVESTIMENTO (TTIP)”**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“A União Europeia prossegue – sob um manto de secretismo, não permitindo o escrutínio democrático do processo – as negociações com os Estados Unidos da América sobre a «Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento», vulgarmente denominada Tratado Transatlântico ou TTIP. -----

Estas negociações decorrem a par de outros processos que visam a conclusão de acordos com igual natureza e objetivos, como o Acordo sobre o Comércio em serviços (TISA) – que visa a liberalização de serviços, incluindo os serviços públicos – ou o Acordo Económico e Comercial Global (CETA), entre o Canadá e a União Europeia – similar ao TTIP. -----

Estes acordos e em particular o TTIP, têm como principal objetivo avançar ainda mais na liberalização do comércio e serviços, tentando eliminar quaisquer barreiras ao domínio das grandes multinacionais sobre as economias de Estados soberanos, através da institucionalização – em forma de tratado – da supremacia da lógica do lucro e da liberalização de quase todas as esferas da vida económica e social. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature and initials in the top right corner.

O TTIP é uma séria ameaça a direitos dos povos, a avanços civilizacionais alcançados e à soberania e independência dos Estados. -----

A concretizar-se, o TTIP representaria um retrocesso para os direitos e rendimentos dos trabalhadores, cingindo-se ao enquadramento jurídico dos direitos laborais nos EUA, país que não é signatário de várias convenções internacionais. -----

O TTIP seria utilizado para promover a liberalização e privatização dos serviços públicos em áreas como a educação, a água, a energia, os resíduos sólidos, tentando que estes processos sejam na prática irreversíveis e pondo em causa direitos sociais. -----

O TTIP serviria para aprofundar a mercantilização da cultura e a concentração e homogeneização na produção, fruição e comercialização de conteúdos culturais e intelectuais, apontando para o domínio absoluto das multinacionais sobre os direitos de autor. -----

O TTIP aprofundaria ainda mais a liberalização dos serviços financeiros, da circulação de capitais, com a conseqüente diminuição de mecanismos de controlo, supervisão e salvaguarda. -----

O TTIP significaria para diversos Estados – como o Português – a imposição de significativos recuos nos padrões de exigência e controlo na área da segurança e higiene alimentar (em questões como a utilização de organismos geneticamente modificados, hormonas, pesticidas e produtos tóxicos), assim como no campo ambiental, abolindo regras em áreas como a obrigatoriedade de avaliações de impacto ambiental ou o princípio precaução e impondo outras regras que, na prática, impediriam os Estados de preservar recursos essenciais ao equilíbrio ambiental. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature and initials in the top right corner.

Sobrepondo os lucros e interesses das multinacionais à defesa de direitos essenciais e a legítimas decisões democráticas e soberanas em defesa do interesse público e nacional, o TTIP introduz mecanismos que atribuem às multinacionais o poder de processar os Estados. Mecanismos que significariam na prática que as instituições democráticas e órgãos de soberania nacional seriam fortemente condicionados, ou mesmo impedidos legalmente, de defender o interesse nacional, os interesses do povo que representam. -----

Deste modo, o TTIP é um projeto que, a concretizar-se, encerraria sérias ameaças para os direitos sociais e laborais, diversos setores da economia nacional, para a saúde pública, a qualidade ambiental e as condições naturais, para a democracia e a soberania nacional. -----

Este acordo enfrenta a crescente oposição de largos setores da população e de organizações sociais e políticas que, em diversos países, levantam a sua voz contra o TTIP. -----

A Assembleia Municipal de Montijo, reunida em 29 de abril de 2016, delibera: --

1. Rejeita, em nome da defesa do desenvolvimento do país, dos interesses dos trabalhadores e povo português e da soberania e independência nacionais, os objetivos e conteúdo inscritos no TTIP e exige uma intervenção junto da União Europeia no sentido do abandono deste processo negocial; -----
2. Em qualquer caso, considera que o TTIP – como outros acordos de livre comércio e serviços em negociação pela União Europeia – deve ser obrigatoriamente sujeito a processo de ratificação vinculativa pela Assembleia da República; -----

AA
P
H



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

3. Considera indispensável a divulgação do conteúdo, da natureza e dos objetivos do TTIP e do andamento das respetivas negociações.” -----

A senhora **Deputada Municipal – Ana Filipa Mota (PSD)**, no uso da palavra, apresentou ao Executivo Municipal, as seguintes questões: -----

“No passado dia 08 de março de 2016, foi solicitada pela bancada do PPD/PSD diversa informação acerca da AFPDM. No dia 22 de março de 2016 foi solicitada informação acerca do Mercado Municipal. No dia 23 de março de 2016 foi solicitada informação acerca da AFPDM. No dia 11 de abril de 2016, ainda não tinha chegado nenhuma informação e os pedidos foram reiterados. Finalmente no dia 22 de abril de 2016, chega a informação acerca do Mercado, mas não chega a primeira informação solicitada acerca da AFPDM. -----

Senhor Presidente a bancada do PPD/PSD gostaria de saber porque é que a informação do Mercado após reiteramento do pedido foi entregue e a AFPDM teima em não chegar. Em princípio tudo o que foi pedido, salvo algumas exceções são documentos que já existem. Será que o que foi solicitado dá assim tanto trabalho a recolher? Há algum problema que desconhecamos? -----

Gostávamos efetivamente de ser esclarecidos porque é que esta informação ainda não chegou? -----

“Considerando que no passado dia 5 de fevereiro de 2016 foi publicada uma notícia, no Jornal da Região, não desmentida, admitindo a possibilidade da expansão para o Montijo da linha de Metro do Sul do Tejo; -----

Considerando que este tema articulado com outros é de interesse estratégico



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata Pisco
H

para o nosso concelho; -----

Perguntamos a V. Exa, o seguinte: -----

- a) A oportunidade do tema, porquê nesta data? -----
- b) A iniciativa política pertence ao Governo ou à Câmara? -----
- c) Foi cabimentada no Orçamento Geral do Estado alguma verba para o desenvolvimento de estudos e do projeto? -----
- d) Qual o pensamento político e estratégico que suporta esta ação, designadamente na articulação com o novo aeroporto, nova travessia do tejo e futura ligação rodoviária dos concelhos do Arco Ribeirinho? -----
- e) Quais as iniciativas e ações a encetar futuramente pela Câmara e pelo Governo?" -----

O senhor **Deputado Municipal – Cipriano Pisco (BE)**, no uso da palavra, disse: A questão que aqui vou colocar, já a coloquei na conferência de representantes. No dia 12 de abril, tive conhecimento e li um comunicado de imprensa da Concelhia do PCP, que tinha tido uma reunião com a senhora presidente da Assembleia Municipal e que tinha sido entregue um documento sobre o PDM. No dia 13 de abril, realizou-se uma reunião de câmara descentralizada em Canha, na qual o senhor Vereador da CDU, Carlos Almeida, colocou novamente o problema e nessa mesma reunião mostrou o documento. -----

Mais tarde em conversa com os senhores vereadores João Paulo Dinis e Pedro Vieira, fiquei a saber que foi entregue um documento aos vereadores do PSD. Coloquei na conferência de representantes, o porquê da senhora Presidente da Assembleia Municipal, não entregar um documento ao Bloco de Esquerda e nessa reunião de conferência de representantes tive conhecimento que se



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deveu a problemas técnicos e que esse documento vai ser entregue. O problema que se coloca é muito simples e, tem sido prática desta Assembleia Municipal e todos nós travámos essa luta, pela dignidade do órgão, que um grupo municipal quando pede um documento, independentemente de quem pede, esse documento é distribuído por todos os grupos municipais da Assembleia Municipal. A senhora Presidente não teve essa prática, em relação a este processo. Assim, gostava de ouvir uma explicação sobre o que aconteceu?”

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, disse: “Agradeço a questão colocada, aliás, disse ao senhor Deputado para colocar a questão em plenário e não apenas na conferência de representantes, por duas questões fundamentais. Essa prática é uma salutar prática, a informação deve circular. Mas, temos grandes dificuldades na fotocopiadora da Assembleia Municipal e muitas vezes as fotocópias têm que ser tiradas na Câmara Municipal. Por outro lado, também associado a isto a funcionária teve muito trabalho, na elaboração das atas, na preparação da conferência, na preparação desta Assembleia Municipal e outras atividades que teve que desenvolver. Esta tarde quando cheguei, até lhe disse para tirar algumas fotocópias deste documento que estamos a falar, para entregar aos representantes que faltavam e não foi possível. Por outro lado, como compreenderá o documento tem 115 páginas, o que exige de facto um tempo redobrado para fotocopiar. Não tem aqui nenhuma reserva mental, nem nenhuma estratégia enquanto Maria Amélia Antunes ou enquanto Presidente da Assembleia Municipal. Tem simplesmente a ver com estes fatores. -----
Esta é a minha boa-fé, com total clareza e transparência. Não podemos chegar a



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Am Pisco
/

tudo sempre, para satisfazer as nossas práticas habituais ou os nossos procedimentos habituais que defendemos, partilhamos e executamos”. -----

O senhor **Deputado Municipal – Cipriano Pisco** (BE), no uso da palavra, em resposta à senhora Presidente da Assembleia Municipal, disse: “A senhora Presidente acabou de ler um relatório a dizer que teve uma reunião com o PCP, no dia 5 de abril, estamos a 29 de abril. Pelo menos telefonava aos deputados do BE e explicava o que se passava e dizia que também estava a fazer conta com um documento para o BE. Acho que não há explicação técnica. Deu mais que tempo para tirar fotocópias e entregar aos partidos que faltavam. -----

O que o BE quer é tratamento igual. Tendo em conta o espaço, o tempo, nós achamos que não fomos tratados de igual forma.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, disse: “Lamento de facto desta situação. Mas, o documento também não foi entregue à bancada do PSD, à bancada do PS e também não foi entregue ao senhor Presidente da Câmara, que pediu.” -----

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e começou por responder às questões colocadas e disse: “Quanto à questão colocada pelo senhor Deputado José Ferra, relativamente aos Comilões, esse é um assunto que a Câmara Municipal já esclareceu diversas vezes. Até porque, alguns membros do Grupo dos Comilões vão às sessões da Câmara Municipal e pedem informação sobre este processo. Efetivamente, nós estamos a tentar encontrar uma solução e assim que a tivermos, informaremos



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature and initials.

de imediato esta Assembleia Municipal. Neste momento ainda não temos uma solução definitiva para esta questão. -----

Quanto às bancadas do pavilhão nº 2 do Esteval, ouve realmente uma situação de descolamento de uma parede das bancadas. Esse descolamento foi imediatamente assinalado pelos nossos serviços e foram desenvolvidos trabalhos de modo a repor a situação. Neste momento não há qualquer perigo ou risco para quem utiliza o pavilhão desportivo, nomeadamente os espetadores. -----

Quanto às questões colocadas pelo senhor Deputado Alfredo Rodrigues, sobre o Cais dos Pescadores, desde já agradeço as suas sugestões e falou-nos aqui sobre algumas situações que faltam para melhorar aquela infraestrutura. Uma delas, claramente, uma questão que a SCUPA tem colocado, que é a dragagem dos lodos de modo a ter um melhor acesso ao cais. A Câmara Municipal do Montijo está muito empenhada nisso e em conjunto com a CCDRLVT e com a APL, de tal forma que já sugerimos ao Ministério do Ambiente, numa reunião e audiência que tivemos com o senhor Ministro, o problema da dragagem dos lodos, não só no Cais dos Pescadores do Montijo, mas também na navegabilidade do Tejo. A navegabilidade do Tejo é hoje uma questão fundamental, não só para o desenvolvimento de toda a região, incluindo os municípios ribeirinhos, mas para permitir um maior desenvolvimento económico desta região. O problema não é na maré cheia, é na maré vazia, temos algum acesso, mas à efetivamente situações em que os barcos podem encalhar, é nesse sentido que temos o acesso mais condicionado. Em meia maré ou maré cheia temos um acesso bastante favorável ao cais. -----

Quanto à questão que refere dos outros equipamentos de acostagem,



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature and initials in the top right corner.

nomeadamente a alguns cais que havia pelas redondezas, de cais palafíticos, ou seja suportados por paus e que de algum modo também suportavam alguma atividade e nomeadamente a rampa no final do próprio esteiro da quebrada, são também duas das situações que nós estamos a tratar, de modo a podermos enquadrar uma ou outra situação. -----

Dizer também, que não é só nesta parte que temos dificuldade e acesso ao rio, no antigo Cais dos Vapores, onde o Atlético está instalado e que desenvolve a atividade de canoagem, a Câmara Municipal, também está empenhada em comprar mais um cais para ficarmos com mais um acesso e em particular o acesso a algumas pessoas de mobilidade condicionada que também praticam a canoagem. -----

Quanto às questões colocadas pelo senhor Deputado Avelino Antunes, já foram completamente esclarecidas na Câmara Municipal e como assistiu a essas reuniões, remetemos para esses esclarecimentos, que estão perfeitamente definidos. Assim, cada um assume as suas responsabilidades. -----

Quanto à questão que refere a Câmara Municipal nunca teve essa atitude de condicionar qualquer voto de qualquer presidente de junta. Temos tido sempre um processo de cooperação o mais intenso possível, com cada uma das juntas de freguesia, independentemente da sua cor política. Aliás, recentemente transferimos para a Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes, três meses de modo a que a junta possa fazer face às dificuldades que tem. Por isso não aceitamos o seu tipo de discurso. -----

Quanto à senhora Deputada Ana Filipa Mota que referiu algumas situações de informações solicitadas à Câmara Municipal que não foram entregues de forma célere quanto desejaria, vamos melhorar esta questão, já falei com o meu

AA
41



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

gabinete. -----

Quanto à questão do Metro Sul do Tejo, já falámos também sobre isto, foi uma intervenção que fizemos quase colateral relativamente a uma audiência que tivemos com o senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, no qual abordámos a questão que tem a ver com a localização do futuro aeroporto na BA6. Esse foi uma das questões que falámos com o Senhor Ministro, solicitando em que fase estava o projeto e foi nesse sentido que aparece essa questão do Metro Sul do Tejo. Aliás uma questão saudada por muitos Presidentes de Câmara do Arco Ribeirinho Sul. Tenho falado com eles e existe uma grande convergência de opinião. A ideia já vem de trás, já referi isso várias vezes, foi colocada em 1997 na Assembleia da República, aliás pelo PSD, para o Metro Sul do Tejo vir da Moita até ao Montijo. Já havia um acordo até à Moita, aliás até ao Barreiro, depois a Moita foi colocada pelo PCP e depois mais tarde o PSD colocou essa questão a chegar à cidade do Montijo. -----

O PS sempre disse que tinha de haver uma situação que permitisse e que justificasse essa chegada do Metro, não era somente a Ponte sobre o Tejo, mas sim, uma centralidade, agora o que é facto, é que com a construção do futuro aeroporto low-cost na BA6, nós passamos então a ter essa centralidade e é com base nisso que se justifica agora ter efetivamente uma ligação em Metro. Quando nós dissemos isso, é que a ligação da cidade do Montijo ao Seixalinho. Isso é que nunca tinha sido colocado até agora e por isso na altura se falou com o Senhor Ministro para se considerar uma das questões estratégicas a desenvolver com a localização do aeroporto. Isto é, é importante para a cidade do Montijo e também para as cidades do Arco Ribeirinho Sul, que esta plataforma de transportes que será o aeroporto low-cost na BA6, tenha ligação



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature and initials in the top right corner.

com transportes públicos qualificados a toda a região. Porque de outra forma este impacto económico funcionará mais na envolvente de Alcochete e Montijo. Já levámos uma Moção a Reunião de Câmara, sobre este assunto e tenho pena que não tenha sido aprovada. A questão de oportunidade que diz, tem a ver com o facto de nós estarmos numa eminência de uma decisão sobre a BA6, aeroporto low-cost. Esta decisão cabe ao Governo, não ao Município. O Município pode e deve influenciar a ter uma visão estratégica para o seu território. -----

Refere também quais as ações futuras a encetar? São simples, é insistirmos nesta questão junto ao Governo para que nós tenhamos aqui este processo de territorialização do aeroporto na BA6.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Francisco Salpico (CDU)**, no uso da palavra, leu uma **MOÇÃO**, alusiva ao **42º Aniversário da Revolução de Abril e 40º Aniversário da Constituição da República**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“Considerando que assinalamos este ano o 42º aniversário da Revolução de Abril e o 40º aniversário da Constituição da República de Portugal liberto da repressão, censura, prisões e tortura dos muitos democratas e patriotas que se bateram pela liberdade e pela democracia; -----

Considerando que a Revolução de Abril propiciou conquistas políticas, sociais, económicas e culturais que a Constituição da República acolheu e foram a fonte para um acelerado desenvolvimento do país com uma marcante e galvanizante participação dos trabalhadores e das populações; -----

Considerando que a consagração do Poder Local Democrático foi uma das mais relevantes conquistas da Revolução de Abril; -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature and initials in the top right corner.

Considerando que a Revolução de Abril e a aprovação da Constituição da República foi um dos maiores atos de afirmação de soberania e independência nacionais; -----

Considerando que os Valores de Abril permanecem bem fundo no ideário dos trabalhadores e do povo português e que a Constituição da República, apesar de ter sido sujeita ao longo dos anos às mais diversas provas de desvirtuamento e descaracterização, continua a consagrar um conjunto de princípios e normas que constituem elementos bastantes para um Portugal de liberdade, democracia, progresso social e económico, desenvolvimento cultural e paz; -----

Considerando que, ao derrubar o regime fascista, a revolução de Abril permitiu festejar em liberdade o 1º Maio, Dia Mundial dos Trabalhadores; -----

A Assembleia Municipal de Montijo, reunida a 29 de abril de 2016, delibera: -----

1. Saudar os valores e conquistas da Revolução de Abril, cujos elementos essenciais estão consagrados na Constituição da República Portuguesa e são base para uma política que sirva Portugal e os portugueses; -----
2. Apelar à participação dos trabalhadores nos festejos do 1º de Maio, avançar pela mudança, defender, repor e conquistar direitos." -----

O senhor **Deputado Municipal – Sérgio Vasco (PSD)**, no uso da palavra, disse: “Em janeiro deste ano, a maioria dos órgãos sociais realçavam o aumento do tráfego no aeroporto de Lisboa, em mais de vinte milhões. Os mesmos diziam que o Governo queria aprofundar os estudos e a necessidade de negociar com a ANA, pois o aumento do tráfego de 2015, tinha sido superior às previsões, ainda havia a necessidade de implementar e reforçar as verbas que tinham sido destinadas aos aeroportos de Lisboa, Faro, Porto Funchal e Açores por parte da



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANA
H

ANA em setenta e quatro milhões. Nessa altura em janeiro o senhor Presidente da Câmara, Nuno Canta dizia e cito *“Não se coloca em causa qualquer Governo, irá indicar esta solução...”* salientou ainda para reforçar as declarações de António Costa, que indicava a solução como obvia e a ser aproveitada. Janeiro a março houve um vazio, em março voltámos a ouvir falar deste tema, no Jornal de Negócios *“A ANA voltou a defender o aeroporto complementar no Montijo, conhecido como Portela mais 1, como sendo a melhor solução...”* disse Jorge Ponce de Leão, presidente do Conselho de Administração. -----

Gostaria de atualizar este assunto, pois o site da Câmara Municipal parou no que diz respeito ao mesmo. Em janeiro, altura em que o senhor Presidente se congratulava com as relações do Governo. Assim, vejamos com o Governo do PSD, tínhamos um caminho, uma linha em que todos caminhavam para o aeroporto do Montijo, até já havia um memorando de entendimento. Com o PS voltámos aos estudos. Mas, como o Governo PS e o Presidente da Câmara está com dificuldades em agendar reuniões com o seu ministro Pedro Marques, essa dificuldade em agendar uma reunião com Pedro Marques foi ultrapassada? Gostaríamos de saber afinal em que ponto dos estudos se está? Vamos ter aeroporto ou o aeroporto é que está dependente dos transportes públicos? -----

O senhor **Deputado Municipal – Mário Baliza** (CDU), no uso da palavra, leu uma **MOÇÃO**, intitulada **“Pela reposição das freguesias”**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“O processo de agregação/extinção de centenas de freguesias, concretizado com a Lei nº 11-A/2013, inseriu-se num objetivo mais amplo de liquidação do poder local democrático, conquista do 25 de Abril, consagrada na Constituição



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature and initials in the top right corner.

da República Portuguesa. -----

A pretexto do memorando de entendimento com a troika e da redução da despesa do Estado a extinção/agregação das freguesias – à semelhança do que sucedeu com outros serviços públicos – inseriu-se num processo mais amplo de reconfiguração do Estado, redução do número de trabalhadores, concentração e centralização de serviços. Tal medida significou a eliminação de milhares de eleitos autárquicos, maior afastamento entre eleitos e eleitores, maiores dificuldades na resposta aos problemas e anseios das populações, desvirtuamento do papel e função das freguesias na organização do poder local, entre outras perdas. -----

Ao contrário do que muitas vezes foi repetido, a reforma administrativa territorial autárquica não trouxe poupança ao Estado, resultando mesmo em muitas situações em encargos acrescidos para as freguesias. -----

A reforma administrativa imposta pelo governo, sem consideração da opinião das freguesias e das populações, em nada resolveu – antes agravou – os principais problemas com que se confrontam as freguesias. -----

Uma verdadeira reforma administrativa só pode ser concretizada com a real participação e envolvimento dos eleitos locais e das populações. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Montijo, reunida a 29 de abril de 2016, delibera: -----

1. Reafirmar a exigência de reposição das freguesias extintas contra a vontade das populações e dos respetivos órgãos autárquicos; -----
2. Apelar à intervenção dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República no sentido de tomarem as medidas legislativas necessárias à



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
P
H

reposição de freguesias e que todo o processo esteja concluído de forma a assegurar as eleições no ato eleitoral de 2017.” -----

O senhor **Presidente de Junta de Freguesia de Canha – Armando Piteira (PSD)**, no uso da palavra, leu uma **Declaração**, alusiva ao **25 de Abril de 1974**, cujo teor se transcreve: -----

“O 25 de Abril significa um dia único de mudança em Portugal. -----

Ao celebrar o dia da Liberdade gravámos de forma vincada este dia na nossa identidade nacional! -----

Esta celebração contém em si preço, pago por quem já deu novos Mundos ao Mundo. Um preço pago por todos os que morreram a defender a Pátria combatendo no Ultramar! Mas também por quem morreu ou foi torturado a defender os seus ideais! Foi o preço pago e pago de inúmeras formas! Não se contabiliza! -----

Todos nós enquanto Nação, carregamos a responsabilidade desta herança comum. -----

Podemos não concordar com algumas formas de exercício da liberdade pós 25 de Abril, mas essa mudança significou muito mais do que a transição política da ditadura do estado Novo para o Estado Democrático da III República (cuja matriz é a Carta dos Direitos do Homem da ONU). -----

A revolução de 74 significou a maior mudança estrutural da sociedade portuguesa num tão curto espaço de tempo em toda a história. Esta é a verdadeira Revolução de Abril. -----

O 25 de Abril não pode por isso ser reclamado por ninguém! É património de todo o Portugal! E é também património de toda uma comunidade lusófona que



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
H

se afirmou pelo Mundo! -----

O 25 de Abril é também uma mensagem de paz e humanidade, representada na essência pela arma do soldado que é calada pela flor de uma criança! -----

Ainda hoje esta mensagem é única no Mundo! -----

Este foi o preço do resgate da nossa liberdade! E essa é a pedra de fecho da abóbada da nossa Democracia! -----

Contudo, após estes 42 anos, da manifestação desses ideais de liberdade e de mudança e volvidos 40 anos da Constituição de Abril de 1976 não podemos resumir-nos a este discurso festivo e de celebração. -----

Hoje, em Liberdade, exige-se mais. Hoje, exige-se aqui responsabilidade. -----

No Montijo em que o PSD tem responsabilidade política direta, quem hoje é eleito, não pode, abdicar de exercer o seu mandato conferindo em liberdade pelo voto! -----

É assim que têm feitos os autarcas do PSD no exercício dos seus mandatos. -----

A responsabilidade e o exercício livre da democracia exigem uma atuação condigna por parte dos eleitos nas várias listas partidárias, e que está para além do registo anual desta celebração! -----

O 25 de Abril não se resumiu na mudança do regime anterior, foi feito também para propor novos caminhos, só atingíveis pelo diálogo democrático livre. -----

O PSD tem apresentado neste mandato de mote livre muitas propostas! -----

O que move o PSD, de facto não é a invocação vazia do 25 de Abril enquanto momento! Para nós o valor do 25 de Abril não se resume na essência à festa! O que nos move enquanto autarcas, é o trabalho pela resolução em concreto dos problemas atuais e futuros, e em respeito pelos valores democráticos da sociedade portuguesa. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA P
47

Foi para isso que no dia 25 de Abril de 1974 os militares saíram à rua e lutaram pela Liberdade e pela Democracia. Para obter um futuro melhor, em respeito, por todas as pessoas em Portugal! -----

Hoje, é do futuro dos nossos filhos que estivemos a falar!" -----

A senhora **Deputada Municipal – Nadine Balasteiro (PSD)**, no uso da palavra colocou algumas questões ao Executivo Municipal: “Relativamente ao festival da flor, que está a decorrer de 22 de abril a 01 de maio. Gostaria de perguntar se o senhor Presidente da câmara Municipal do Montijo, também tem algumas iniciativas previstas para as ruas e para o centro do Montijo. Uma vez que só se verifica este festival no Fórum Montijo. Relembrar que o Montijo não é só o Fórum. -----

Quanto à segunda questão prende-se com os parquímetros da cidade. Qual é o ponto de situação dos parquímetros, dado que uns estão ativos e outros não? De que forma os parquímetros são benéficos para o comércio local e para dinamizar o centro do Montijo, uma vez que o estacionamento no Fórum é grátis? Quanto às multas que os funcionários da Câmara Municipal emitem, gostaria de obter esclarecimentos sobre este assunto?” -----

O senhor **Deputado Municipal – Francisco Cordeiro (PSD)**, no uso da palavra, teceu algumas considerações e de seguida leu uma **MOÇÃO**, intitulada “**Montijo, outrora Capital do Porco**”, cujos teores abaixo se transcrevem, respetivamente: -----

“Em primeiro lugar quero mostrar o meu agrado, porque passado um ano das minhas consecutivas intervenções, para a execução da passadeira na Avenida



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature and initials in the top right corner.

Barbosa du Bocage, no Areias, hoje constatei que foi executada. Felicito esse feito pela segurança dos peões. -----

Em segundo lugar quero colocar uma questão que se prende com os trabalhos que estão a decorrer no Parque de Exposições da Montiagri e se já está contemplada a alteração do nome do Parque de Exposições para Acácio Dorés, como aqui em Assembleia Municipal foi sugerido e aprovado.” -----

Montijo, outrora Capital do Porco

“Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal, -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----

Exmos. Senhores Vereadores e Deputados Municipais, -----

Caros Munícipes aqui presentes, -----

Como todos nós temos vindo a assistir nas últimas semanas na comunicação social, o setor da Suinicultura Nacional tem estado a manifestar-se junto de várias entidades competentes e do respetivo Ministério da Agricultura. Segundo o noticiado, os suinicultores do nosso país evidenciam que existe um excesso de oferta, o que leva a uma acentuada descida dos preços no mercado atual. O agravamento desta situação deixou a produção nacional à beira do colapso ameaçando cerca de 200 mil postos de trabalho em Portugal. -----

Considerando esta problemática nacional, a JSD e o PSD Montijo apresentam nesta Assembleia Municipal uma Moção, que em tudo fala sobre a história e o que foi outrora o nosso concelho, reavivando as memórias de um Montijo antigamente reconhecido pela produtividade na área da Suinicultura. A presente Moção vinca fortemente a posição da JSD e do PSD Montijo perante

Handwritten signature or initials in the top right corner.



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

um setor que tanto deu, dá e esperemos que continue a dar ao nosso país e ao nosso concelho do Montijo. -----

A Moção que hoje aqui apresentamos não é uma simples Moção, mas sim um testemunho real e fiel do quão rápido as circunstâncias podem mudar, enfatizando o verdadeiro impacto que a mudança tem na vida de uma região e das suas populações. -----

É assim, envolto por um misto de profunda tristeza e admiração que nós, cidadãos Montijenses, escutamos os mais velhos (e alguns estão aqui presentes), a falar sobre aquele Montijo de outros tempos. Aquela terra repleta de movimento, profundamente industrializada, sendo esta em particular dividida entre a indústria corticeira e a transformação de carnes. A par destas atividades, por todo o concelho, a pecuária, em especial a “Joia da Coroa” desta terra, a suinicultura. -----

É praticamente impossível esconder o saudosismo com que olhamos para esses tempos gloriosos de outrora. Tempos de riqueza e prosperidade, em que a tradição se cruzava com o progresso do nosso concelho. Contudo, os tempos mudam e as realidades transformam-se no concelho do Montijo, onde já nada se compara com o Montijo d’outrora. Na realidade, exploração após exploração, fábrica após fábrica, o nosso concelho foi perdendo uma parte significativa das suas fontes de riqueza e, conseqüentemente, de inúmeros postos de trabalho. Vejamos o caso da suinicultura, atualmente podemos contar com três grandes indústrias que ainda se mantêm, tentando inovar, mas que enfrentam diariamente dificuldades, como é o caso das que persistem nas Freguesias de Pegões e Canha. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Resta nos dias de hoje contentarmo-nos com a realização, bianual, da Feira Nacional do Porco, que celebra este ano a sua 23ª edição, pese embora, esta se realize num dos momentos mais críticos para este setor a nível nacional. Assim, é neste contexto que se impõe agir, pelo que a JSD e o PSD Montijo, propõem: --

1. Declarar cooperação aos setores tradicionais, apoiando e incentivando a sua inovação; -----
2. Defender a valorização da suinicultura, através de medidas que permitam aos empresários deste setor e setores complementares, ultrapassar a atual crise e manter os postos de trabalho em causa; -----
3. Sensibilizar os jovens para a importância de apoiar a produção nacional, como incentivo ao crescimento económico, quer do ponto de vista local, regional quer inclusive, nacional; -----
4. Promover o debate em torno dos diferentes setores tradicionais, das implicações que estes têm nas mais diversas vertentes, com vista a chegar a conclusões que nos permitam apresentar propostas concretas, que permitam potenciar o seu desenvolvimento.” -----

O senhor **Deputado Municipal – João Figueiredo** (PSD), no uso da palavra, disse: “O assunto que trago hoje, como não podia deixar de ser é o da Estrada Nacional nº 4 e obviamente congratular-me pelo anúncio público que foi feito pelo Governo de avançar com as obras. De facto, é uma obra muito importante para garantir a mobilidade e a segurança rodoviária do Montijo. Mas, senhor Presidente não vale a pena passar uma mensagem errada à população do Montijo, que a obra da EN4, só vai avançar porque de facto há um novo Governo. A obra da EN4 vai avançar porque efetivamente há um projeto que



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ficou concluído pelo PSD. Eu tenho aqui um documento que é público e está acessível no site das infraestruturas de Portugal, o documento tem o nome de “Plano de Proximidade 2015/2019” e é um documento que foi concluído há cerca de um ano atrás, em que tem todos os investimentos, conservação rodoviária para o país, até 2019. Na página 67, Distrito de Setúbal, diz: *“Estrada Nacional 4 Montijo/Pegões – ano de lançamento da obra 2016”*. E é o que está a acontecer.

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes** (CDU), no uso da palavra, em resposta ao senhor Presidente da Câmara sobre as freguesias terem o mesmo tipo de tratamento, disse: “Ao fazer a afirmação de que a CDU ao votar contra o Plano de Atividades, põe em causa os interesses das populações e nomeadamente da freguesia de Sarilhos Grandes, isto é, uma leitura na tentativa de tirar dividendos políticos, porque sabemos nós que temos responsabilidade na freguesia de Sarilhos Grandes e que na nossa bancada está o Presidente da Junta de Freguesia e isto naturalmente tem uma leitura política. Sobre a questão que há pouco referi do documento de trabalho, que é o relatório de Proposta de Revisão do PDM, em relação ao Metro de superfície, quando tiverem o documento leiam a página 14, que é claro a questão quanto ao Metro. Também não deixa de ser estranho e tem a sua leitura política, quando se refere que um documento estratégico não presta e tem que ser outro, quando simultaneamente se afirma que se desconhece o documento. Esta questão deve ser aclarada em todas as suas vertentes, porque o senhor Presidente da Câmara Municipal informou na última reunião de câmara, que já tinha encontrado o documento e reafirmou ao mesmo tempo que a estratégia



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature and initials.

da revisão do PDM, não servia. A questão é esta: Como é que não serve e tem essa leitura ao desconhecer o documento?" -----

O senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes – Joaquim Batalha** (CDU), no uso da palavra, disse: “A Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes depara-se neste momento com um problema técnico e que não consegue resolver. Tem a ver com a aplicação de herbicidas, que com a nova regulamentação/legislação obriga a que para aquisição de pesticidas e herbicidas tem que ser através de autorização de técnicos responsáveis para esse efeito. A Câmara Municipal só detém neste momento de um técnico responsável, para três entidades e nós no nosso concelho temos seis entidades, ou seja, cinco freguesias e a Câmara Municipal. Para além de não conseguir comprar os herbicidas para a aplicação, temos uma freguesia rural e não temos equipamento próprio para “matar” as ervas, porque desde de novembro de 2013, estamos à espera de um trator prometido, que não sabemos quando vai chegar e já o solicitámos por diversas vezes, nem a data prevista sabemos e não podemos agendar trabalhos. Na visita à freguesia o senhor Presidente da Câmara Municipal, em novembro de 2015, disse que em janeiro a Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes tinha o trator. Estamos em abril. Temos que optar pelo corte manual com roçadoras, sabemos que é um trabalho inglório, porque se dentro de 15 dias não for colocado herbicidas, voltam de novo a crescer. Face ao exposto, solicito novamente a contratação de um técnico responsável que sirva todas as freguesias, bem como a questão do armazenamento. Salientar ainda, que os nossos trabalhadores carregam o lixo grosso, o que é um esforço



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

BA6
↓

desumano. A Câmara Municipal devia de olhar para estes problemas. Aguardamos respostas rápidas.” -----

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, disse: “Quanto às questões colocadas pelo senhor Deputado Sérgio Vasco, se temos uma relação melhor hoje com o Governo e se temos acesso aos governantes. A resposta é sim. Com o Governo anterior nós frequentemente solicitámos audiências por causa desta questão do aeroporto e nunca nos foi concedida. -----

Para quando o aeroporto? Não sabemos, isso é uma questão que cabe ao Governo. A Câmara Municipal já manifestou a sua posição e que quer esta solução do aeroporto na BA6. Esperamos que seja o mais rápido possível. -----

Pergunta se os transportes públicos qualificados estão penderes do aeroporto ou vice-versa. É claro que é com a centralidade que conseguimos justificar o Metro Sul do Tejo. O aeroporto é um elemento fundamental para justificar uma infraestrutura de transportes públicos deste tipo. -----

Quanto à questão da senhora Deputada Nadine Balasteiro, sobre o festival da flor. O Montijo tem ainda o setor primário muito forte e muito evoluído, a nossa economia assenta na produção de flores. Realmente o festival da flor foi realizado no fórum e foi apoiado pela Câmara Municipal. Mas, a Câmara Municipal vai voltar a reproduzir a Festa da Flor “Lugar de Encontros”, vamos desenvolver várias atividades no centro da cidade, sempre relacionadas com as flores. -----

Quanto aos parquímetros, foi incentivada a fiscalização dos parquímetros, nós tínhamos uma fiscalização menos ativa nesse sentido, passou a aparecer maior fiscalização e claro que quando há prevaricação tem de haver a consequente



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

multa de acordo com o regulamento que foi aprovado, também aqui por esta Assembleia Municipal. Nesta fase é uma questão que estamos a tentar criar primeiro um enquadramento, para que as pessoas percebam que está a ser intensificada a fiscalização e depois então haverá a fase da multa. Os nossos parquímetros são extremamente baratos, têm-se mantido ao longo dos tempos com o custo igual ao inicial. Serve essencialmente para nós termos uma rotatividade do número de lugares de estacionamento junto ao comércio. Referir também que existem dois parques de estacionamento alternativo muito importantes para a cidade e que foram remodelados, que é o parque de estacionamento alternativo do antigo largo da Reforma Agrária, com cerca de 300 lugares e o parque de estacionamento do Cais dos vapores, com cerca de 200 lugares. Referir ainda, que brevemente iremos atualizar a Tabela de Taxas e vamos manter os valores dos parquímetros, a estratégia é criar um sistema que seja acessível a todos e que permita condicionar e criar rotatividade no estacionamento. -----

Quanto à questão do senhor Deputado Francisco Cordeiro, estamos a melhorar o Parque de Exposições, aliás esta é a primeira fase, esta melhoria tem a ver com uma nova fachada e estamos a desenvolver uma mudança em termos de paisagem e de imagem. Mais tarde iremos requalificar as diferentes fachadas de outros pavilhões, iremos também tentar criar algumas parcerias com organizações, de modo a podermos vir a ter um parque de exposições mais versátil, mais utilizado, um parque de exposições tipo "low-cost" isto é, que permita ter aqui exposições que não possam ser realizadas em Lisboa, e assim dinamizar mais o Montijo e trazer mais pessoas. -----

Quanto ao senhor Deputado João Figueiredo, nós não passamos mensagens



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signature]

erradas, o senhor Deputado refere que o Governo anterior, tinha um projeto e tinha porque nós participámos nele, mas o que é facto, é que o Governo anterior não lançou o concurso e não realizou a obra. Felizmente que a obra vai arrancar, porque a EN4 necessita urgentemente de obras e constitui perigo para a própria circulação automóvel. -----

Quanto às questões do senhor Presidente de Junta de Sarilhos Grandes, nós dentro das nossas possibilidades e pela forma que temos vindo a trabalhar com todas as Juntas de Freguesia, que tem sido sempre no sentido de auxiliar dentro dos enquadramentos que temos que ter, porque temos que cumprir os enquadramentos legais e neste sentido não existe qualquer renúncia da minha parte ou de um vereador. Sempre tentámos na medida do possível, contribuir para que a Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes funcione e cumpra o que acordou com a Câmara Municipal. Aliás, temos seis pessoas afetas ao serviço da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes, conforme consta no acordo e contamos obviamente em poder contribuir com todos os autarcas de freguesia.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Sérgio Vasco (PSD)**, no uso da palavra, disse: “Aprez-me saber das suas relações com o atual Governo e também não estava à espera que dissesse quando se ia iniciar a obra do aeroporto. A Câmara Municipal do Montijo não influencia este processo, está apática, as reuniões que diz ter servem para quê? No site da câmara Municipal do Montijo devia de constar que a mesma não tem intervenção no processo e está dependente dos estudos. Em suma, o que está a dizer é que nada sabe do processo de decisão



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature

dos estudos do aeroporto, sendo este tão importante para a nossa terra. Acho um bocadinho estranho.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Francisco Cordeiro** (PSD), no uso da palavra, disse: “Fiquei agradado com as obras de melhoria do Parque de Exposições da Montiaga, mas continuo a querer saber como fica a deliberação desta Assembleia Municipal, quanto à alteração do nome do Parque de Exposições da Montiaga, para Parque de Exposições Acácio Dores?” -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, informou que tinham para **admitir e votar**, quatro Moções, três apresentadas pela CDU e uma apresentada pelo PSD. -----

Assim, procedeu-se à votação para **admissão** dos supracitados documentos, tendo os mesmos sido **admitidos por unanimidade**. -----

Seguidamente, procedeu-se à **discussão** e **votação**, tendo os mesmos obtidos as seguintes deliberações: -----

1ª MOÇÃO apresentada pela CDU, intitulada “Pela rejeição da denominada parceria transatlântica de comércio e investimento (TTIP)”

VOTAÇÃO: Aprovada com 8 votos a favor (6 da CDU e 2 do BE), 10 abstenções do PS e 7 votos contra do PSD. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature and initials in the top right corner.

2ª MOÇÃO apresentada pela CDU, intitulada “42º Aniversário da Revolução de Abril e 40º Aniversário da Constituição da República Portuguesa”

O senhor **Deputado Municipal – Alfredo Rodrigues (PSD)**, no uso da palavra, disse: “No 5º parágrafo da Moção, o PSD não concorda com a frase “... *apesar de ter sido sujeita ao longo dos anos às mais diversas provas de desvirtuamento e descaracterização, ...*” . -----

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, disse: “Tentámos elaborar a Moção com uma redação que fosse o mais abrangente, mas a CDU aceita retirar a frase que o senhor Deputado acabou de referenciar.” -----

Assim, procedeu-se à **alteração da redação no 5º parágrafo e onde se lê:** -----

“Considerando que os Valores de Abril permanecem bem fundo no ideário dos trabalhadores e do povo português e que a Constituição da República, apesar de ter sido sujeita ao longo dos anos às mais diversas provas de desvirtuamento e descaracterização, continua a consagrar um conjunto de princípios e normas que constituem elementos bastantes para um Portugal de liberdade, democracia, progresso social e económico, desenvolvimento cultural e paz;” -----

Deverá ler-se: -----

“Considerando que os Valores de Abril permanecem bem fundo no ideário dos trabalhadores e do povo português e que a Constituição da República, continua a consagrar um conjunto de princípios e normas que constituem elementos bastantes para um Portugal de liberdade, democracia, progresso social e económico, desenvolvimento cultural e paz;” -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

VOTAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

3ª MOÇÃO apresentada pela CDU, intitulada “Pela reposição das freguesias”

VOTAÇÃO: Aprovada com 18 votos a favor (10 do PS, 6 da CDU e 2 do BE), 7 votos contra do PSD e 0 abstenções. -----

A senhora **Deputada Municipal – Ana Filipa Mota (PSD)**, no uso da palavra, leu uma **Declaração de Voto**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“O PSD vota contra esta Moção porque considera que será necessário efetuar uma reavaliação do processo tal como já foi expresso em declarações do dia 26 de abril de 2016, proferidas pelo Ministro-adjunto Eduardo cabrita do atual Governo, que atribuiu dificuldades em concluir esta reavaliação a tempo de assegurar o ato eleitoral de 2017.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Ricardo Bernardes (PS)**, no uso da palavra, fez uma **Declaração de Voto**, que se transcreve: -----

“O PS vota a favor desta Moção por entender que ela tem subjacente como ideia fundamental que a reavaliação do processo levará necessariamente em conta a opinião de cada uma das freguesias.” -----

4ª MOÇÃO apresentada pelo PSD, intitulada “Montijo, outrora Capital do Porco”



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes** (CDU), no uso da palavra, disse: “No ponto 3 desta Moção, **onde se lê:** “*Sensibilizar os jovens para a importância de apoiar a produção nacional, como incentivo ao crescimento económico, quer do ponto de vista local, regional, quer inclusive nacional*”. A questão que colocamos é que o que tem a ver são medidas políticas de apoio à produção nacional, como incentivo ao crescimento económico, porque os jovens só por si, o que é que podem fazer? -----

Assim, sugerimos o seguinte acrescento à vossa consideração e o ponto 3 **passaria a ter a seguinte redação:** “Reclamar medidas políticas de *apoio à produção nacional, como incentivo ao crescimento económico*”. -----

A senhora **Deputada Municipal – Ana Filipa Mota** (PSD), no uso da palavra, disse: “A bancada do PSD não aceita a alteração ao ponto 3.” -----

VOTAÇÃO: Aprovada com 19 votos a favor (10 do PS, 7 do PSD e 2 do BE), 5 abstenções da CDU e 0 votos contra. -----

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes** (CDU), no uso da palavra, disse: “Não votámos favoravelmente esta Moção, dada a posição intransigente da bancada do PSD, que não aceitou a alteração, porque colocar na frase: “*...sensibilização dos jovens...*”, é uma falácia política.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Ricardo Bernardes** (PS), no uso da palavra, disse: “Votámos a favor porque concordamos com o princípio da proteção da suinicultura, mas quanto a este documento temos duas reservas: Primeiro tem a ver com o diagnóstico saudosista, que faz da situação enquanto pressuposto.



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AMF
87

Segundo tem a ver com o carácter algo proclamatório das propostas que faz, sendo que já foram tomadas ou estão planeadas por iniciativa própria do executivo do PS, medidas mais concretas designadamente uma discriminação positiva das taxas urbanísticas para a construção de estufas ou suiniculturas, tem um alcance mais prático daquilo que aqui está previsto.” -----

Seguidamente, a senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, informou sobre a eventual alteração à **ORDEM DE TRABALHOS**. Assim, disse: “Como já tive a oportunidade de falar com os representantes das diversas bancadas em Conferência de Representantes, passo a expor novamente o assunto agora ao órgão deliberativo. A ordem de trabalhos tem dez pontos e estamos confrontados com o tempo, relativamente à prestação de contas da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, nos termos da lei. Estes dois documentos, nos termos da lei, têm que dar entrada no Tribunal de Contas, até ao dia 30 de junho. Poderá ser enviado até ao dia 2 de junho, que é o primeiro dia útil. Eu estabeleci contacto com o Tribunal de Contas, que informou que segunda-feira pode ser remetido. -----

Dado o adiantado da hora, é difícil de discutir e votar estes dez pontos. Assim, como já foi transmitido aos representantes, sugiro a alteração à Ordem de Trabalhos, sendo que a Prestação de Contas da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, passariam a ponto 1. e ponto 2., respetivamente, seguindo-se depois a sequência dos restantes pontos. -----

Hoje, discutiríamos estes dois primeiros pontos (Prestação de Contas da CMM e dos SMAS), para que amanhã ou segunda-feira sejam remetidos as contas ao



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM
4

Tribunal de Contas, uma vez que a plataforma está sempre aberta. -----
Assim, coloco à vossa consideração a alteração da ordem de trabalhos.” -----

Assim, a Ordem de Trabalhos, que foi publicitada através do Edital nº 03/2016, Diário de Notícias de 22 de abril de 2016, tinha a seguinte ordem: -----

PONTO UM - Discussão e votação da proposta da Mesa n.º 03/2016 – “**Eleição de representante para integrar o Conselho Municipal de Segurança**”;

PONTO DOIS - Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal nº 891/2016 – “**Estatutos da Agência Regional de Energia S.energia - Alteração**”;

PONTO TRÊS - Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal nº 904/2016 – “**Aprovação da minuta de protocolo de delegação de competências dos Municípios na Área Metropolitana de Lisboa relativas ao Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiros (RJSPTP) aprovado pela Lei nº 52/2015, de 9 de junho**”;

PONTO QUATRO - Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal nº 942/2016 – “**Prestação de Contas do ano 2015**”;

PONTO CINCO - Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal nº 945/2016 – “**1ª. Alteração ao Mapa de Pessoal – Criação do Cargo de Coordenador Municipal de Proteção Civil**”;



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PONTO SEIS - Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal nº 952/2016 – “**Documentos da Prestação de Contas de 2015 – SMAS**”;

PONTO SETE - Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal nº 953/2016 – “**Parecer Prévio vinculativo favorável à celebração do contrato de aquisição de serviços de cópia e impressão em regime de outsourcing de duas máquinas multifunções e autorização prévia para assunção de compromisso plurianual no âmbito da Lei dos Compromissos**”;

PONTO OITO – Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal nº 956/2016 – “**Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia do Concelho do Montijo**”;

PONTO NOVE – Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal nº 962/2016 – “**Plano Anual de Transportes Escolares referente ao ano letivo 2016/2017**”;

PONTO DEZ – **Informações do Exmo. Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal**, prestadas nos termos e para os efeitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Após todos os presentes terem concordado com a **alteração à ORDEM DE TRABALHOS**, a mesma foi organizada e **aprovada por unanimidade**, passando a ter a seguinte ordem: -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
21

PONTO UM - Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal nº 942/2016 – “**Prestação de Contas do ano 2015**”;

PONTO DOIS - Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal nº 952/2016 – “**Documentos da Prestação de Contas de 2015 – SMAS**”;

PONTO TRÊS - Discussão e votação da proposta da Mesa n.º 03/2016 – “**Eleição de representante para integrar o Conselho Municipal de Segurança**”;

PONTO QUATRO - Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal nº 891/2016 – “**Estatutos da Agência Regional de Energia S.energia - Alteração**”;

PONTO CINCO - Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal nº 904/2016 – “**Aprovação da minuta de protocolo de delegação de competências dos Municípios na Área Metropolitana de Lisboa relativas ao Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiros (RJSPTP) aprovado pela Lei nº 52/2015, de 9 de junho**”;

PONTO SEIS - Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal nº 945/2016 – “**1ª. Alteração ao Mapa de Pessoal – Criação do Cargo de Coordenador Municipal de Proteção Civil**”;

PONTO SETE - Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal nº 953/2016 – “**Parecer Prévio vinculativo favorável à celebração do contrato de**



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aquisição de serviços de cópia e impressão em regime de outsourcing de duas máquinas multifunções e autorização prévia para assunção de compromisso plurianual no âmbito da Lei dos Compromissos”;

PONTO OITO – Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal nº 956/2016 – **“Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia do Concelho do Montijo”;**

PONTO NOVE – Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal nº 962/2016 – **“Plano Anual de Transportes Escolares referente ao ano letivo 2016/2017”;**

PONTO DEZ – **Informações do Exmo. Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal**, prestadas nos termos e para os efeitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

ORDEM DO DIA

PONTO UM - Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal nº 942/2016 – **“Prestação de Contas do ano 2015”;** -----

“ Considerando o disposto na alínea i) do n.º1 do artigo 33º do anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, é competência da Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal.-----

Handwritten signature and initials in the top right corner.



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Propõe-se: -----

Que este Executivo Municipal delibere aprovar os documentos de prestação de contas da Câmara Municipal de Montijo respeitantes ao ano de 2015, que se anexam à presente proposta dela fazendo parte integrante para todos os efeitos legais;-----

Que os documentos em causa sejam remetidos para apreciação e votação à próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto na alínea l) do n.º2 do artigo 25º, conjugado com o disposto no n.º 2 do artigo 27.º, ambos do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.” -----

Sobre a matéria, a assembleia municipal enviou informação escrita, a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 29º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, informação, essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. -----

A senhora **Deputada Municipal – Ana Filipa Mota** (PSD), no uso da palavra, disse: “Estamos aqui mais uma vez reunidos nesta Assembleia Municipal, para discutir e verificar a Prestação de Contas, referente ao ano 2015, depois de uma breve análise há contas constata-se que mais uma vez, através de uma reserva que consta da certificação legal de contas, que o imobilizado da Câmara Municipal ainda está em fase de regularização contabilística de registo na conservatória. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signature]
87

Isto é uma questão que se coloca à muitos anos e o que questiono é quantos mais anos são necessários para conseguirmos ver o valor correto do imobilizado da Câmara Municipal do Montijo. -----

É bom que todos nós tenhamos consciência, que não temos noção do impacto que esta regularização pode ter no ativo da Câmara Municipal. Ou será que se sabe qual é o impacto e prefere-se fazer de conta que não se sabe e assim vai-se regularizando no tempo? -----

Esta situação tem impacto direto no balanço, na demonstração de resultados e em quase todos os indicadores de performance, ou seja, o ativo da Câmara pode não ser este. Os fundos próprios podem não ser estes e mais, o resultado líquido da Câmara com certeza que não será este. Mas, tendo em conta, que o problema existe, a questão que se coloca também é, quando vamos conhecer o valor real do imobilizado e quais as diligências e qual o plano de ação que a Câmara Municipal do Montijo tem para que seja apurado no mais curto espaço de tempo o valor do imobilizado? E quando se compromete a resolver este assunto de uma vez por todas? -----

Relativamente à contabilidade de custos, coloca-se a mesma questão. -----

Relativamente ao restante satisfazeremos-no-ia muito mais, ver as contas equilibradas, embora com mais sacrifício financeiro, mas ver um Montijo ativo, um concelho ativo e os montijenses mais felizes. -----

Este Município está ávido de execução. Senhor Presidente, seria muito mau sinal, se as contas não espelhassem algum equilíbrio. Este ano apenas se investiu oitocentos mil euros e seiscentos mil euros foram do mercado. Portanto, senhor Presidente oitocentos mil euros de investimento, no Município



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Am P
H

do Montijo não é nada, apenas se fez ruas, pavimentos, semáforos e pouco mais. -----

Quando é que vamos evoluir e arriscar em prol dos munícipes?" -----

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, disse: -----

“A senhora Deputada Municipal Ana Filipa Mota, cometeu um lapso, quando disse que a Câmara Municipal do Montijo, só fez um investimento de oitocentos mil euros e isso não é verdade a Câmara Municipal do Montijo investiu três milhões quinhentos e cinquenta e três mil euros, é uma diferença significativa.

Nós não nos vitimizamos, o que cada um de nós tem é que assumir as suas responsabilidades e eu assumo as minhas e é muito importante que todos os partidos assumam. -----

Ainda relativamente á questão do investimento, um orçamento, um orçamento municipal é muito importante para a qualidade de vida das pessoas, mas tem que se limitar às suas receitas que consegue obter e não pode, alavancar desta forma a economia. O alavancar a economia de um país só o Orçamento de Estado e com o investimento privado, com um orçamento municipal não é possível. -----

Quanto à certificação legal de contas, nós temos uma reserva por limitação de âmbito, não é uma reserva nas contas, o âmbito tem a ver, efetivamente, com o não conseguir avaliar todo o património municipal. Mas o património municipal é relevante, basta ver a lista do património que nós temos aqui. -----

O que falta é a valorização das estradas, dos passeios, dos jardins e dos parques infantis. As questões relativamente a terrenos e edifícios, está tudo aqui. -----

Handwritten signature or initials in the top right corner.



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Quanto à questão da contabilidade de custos, durante este ano, temos como objetivo implementar a contabilidade de custos, nomeadamente nas obras municipais.” -----

O senhor **Deputado Municipal – José Caria (PS)**, no uso da palavra, leu uma **Declaração**, cujo teor se transcreve: -----

Imobilizado

1. No final de 2015 o valor do inventário coincide com o saldo das contas da classe 4 do balanço; -----
2. O valor líquido do imobilizado ascende, em 31 de dezembro de 2015, a 88.246.451,51€; -----
3. O valor total do ativo imobilizado inclui essencialmente as aquisições de bens (empreitadas, escrituras de bens imóveis, compra de bens imóveis, etc.) com custo financeiro para o município desde a implementação do POCAL (2002); -----
4. O registo do ativo imobilizado do município ainda está sujeito a regularizações, que deverão incrementar o seu valor, nomeadamente pelo registo de bens anteriores ao POCAL e por bens que foram cedidos ao município no âmbito de operações de loteamento; -----
5. Durante o ano 2015 foram efetuadas diversas regularizações no ativo imobilizado que tiveram reflexo na conta de resultados transitados. Porém, atendendo à complexidade associada à inventariação de bens imóveis, a regularização dos bens não deverá ser concluída no curto prazo; -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA
P
H

Salienta-se porém que o risco associado a esta situação é diminuto, dado que qualquer alienação ou concessão de exploração de ativos, está sempre sujeita às regras da transparência com prévia avaliação dos ativos subjacentes. -----

No parecer do Revisor Oficial de Contas (Fortunato & Rafael, S.R.O.C) está escrito, citamos (no ponto n.º 3) “...somos de parecer que aprovelem os documentos da Prestação de Contas do exercício fixado em 31 de dezembro de 2015.” -----

“... queremos salientar que conforme divulgado nas notas ao Balanço e Demonstração de Resultados, no exercício de 2015 os serviços regularizaram bens do ativo imobilizado anteriores a 2012, que resultou num incremento líquido de 198.769,37 euros na rubrica de Resultados Transitados.” – (ênfases – ponto 12.) -----

Balanço (2015)

1. O ativo líquido passou de 99.844.02,32€ em 2014, para 101.339.955,70€ em 2015; -----
2. As dívidas a terceiros (médio e longo prazo) baixaram de 8.852.829,69€ em 2014, para 7.723.997,09€ em 2015; -----
3. Os fundos próprios aumentaram de 77.143.515,43€ em 2014, para 79.117.817,22€ em 2015; -----
4. O passivo baixou de 22.700.546,89€ em 2014, para 22.222.138,48€ em 2015 (31 de dezembro). -----

Demonstração de Resultados (2015)

1. Se aos proveitos e ganhos operacionais subtrairmos os custos e perdas operacionais no ano de 2015, chegamos a um resultado operacional

AM
7



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

positivo de 1.752.332,74€ em 2015 (quando em 2014, tinha sido de 922.602,17€; -----

2. Se aos proveitos e gastos correntes subtrairmos os custos e perdas correntes verificamos resultados correntes positivos no ano de 2015 de 1.671.010,47€ (quando, em 2014, tinham sido de 820.411,63€; -----
3. Apurámos os resultados financeiros no ano de 2015 (de (-) 102.190,54€ em 2014 para (-) 81.322,27€ em 2015); -----
4. O município em 2015 viu subir o resultado líquido do executivo (2015) para 1.775.502,42€ (quando em 2014, tinha sido 1.169.437,15€). -----

Impostos (2015)

1. Os impostos diretos decresceram de 2014 para 2015 (2014: 10.992.297,34€; 2015: 10.940.375,95€). Houve decréscimo no I.U.C. e no I.M.T.O.B. Os impostos diretos decresceram 0,47% em 2015; nos últimos 3 anos a tendência é de decréscimo; -----
2. De 2014 para 2015, o Fundo de Equilíbrio Financeiro corrente decresceu 243.561€ e o FEF capital decresceu 27.063€. Em 2015 o FEF decresce de 9% relativamente a 2014; -----
3. Os impostos indiretos específicos das autarquias* decresceram 294.028€ de 2014 para 2015 (*taxas, multas e outras penalidades); ---
4. Em 2012, 2013 e 2014 foi deliberada a isenção do pagamento da Derrama aos sujeitos passivos de IRC com um volume de negócios inferior a 150.000€; -----
5. A participação fixa no IRS cresceu em 2015 cerca de 440.374€ (cerca de 31%) em relação a 2014. Mas é preciso dizer que a Câmara

ATA
P
A



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

prescindiu de cerca de meio milhão de euros desta receita a favor dos municípios e dos cidadãos; -----

6. Em 2015 a receita de capital proveniente da participação nos impostos do Estado – FEF – regista um decréscimo de 9% relativamente ao ano de 2014. Em 2015 a despesa de capital foi financiada em 3.828.846€ por receita corrente; -----

7. Ainda assim, em 2015 o investimento cresceu 43% relativamente ao ano de 2014. O apoio financeiro atribuído às instituições sem fins lucrativos representou 52% do total das transferências de capital. -----

Entretanto, de 2014 para 2015, os investimentos aumentaram 579.937€ (de 1.343.194€ em 2014 para 1.923.131€ em 2015) e enviaram-se para Juntas de Freguesia 485.993€ (+66.000€) (010204050102) e 250.825€ para instituições sem fins lucrativos entre as quais os Bombeiros do Montijo (161.697,34€ - 010204070103) e os Bombeiros de Canha (41.000,00€ - 010208050103). -----
O total dos investimentos cifrou-se em 1.923.131,25€ em 2015. -----
Deixam-se ainda assinalado que pagámos 1.177.893€ de passivos financeiros relativos, entre outros a passados empréstimos de médio e longo prazo.” -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada com 10 votos a favor do PS, 14 abstenções (5 da CDU, 7 do PSD e 2 do BE) e 0 votos contra. -----

A senhora **Deputada Municipal – Isabel Travessa (PS)**, leu uma **Declaração de Voto**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“Um saldo de execução orçamental positivo de mais de 2,6 milhões de euros. Um resultado líquido positivo de mais de 1,7 milhões de euros. Taxas de



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

execução de 100% na receita e de 92% na despesa. Uma redução do endividamento de quase 12%. Pagamentos em dia a trabalhadores, instituições, fornecedores e empreiteiros. Aumento de 43% do investimento municipal, que incidu em áreas fundamentais como a social, educação, associativismo, cultura, turismo e economia. -----

O Relatório de Prestação de Contas de 2015 do Executivo PS na Câmara Municipal do Montijo é um exemplo claro de que, em tempos de crise e dificuldades acrescidas, tanto ao nível nacional como autárquico, é possível ter bons resultados, trabalhando com e para as pessoas, ou seja todos os montijenses. Com um projeto político sério, responsável, transparente e rigoroso e disciplina financeira e responsabilidade na gestão dos dinheiros públicos. -----

Os resultados finais alcançados pelo Município confirmaram os valores constantes nos Documentos Previsionais elaborados pelo Executivo montijense. Documentos que não foram aprovados pela oposição CDU e PSD, o que obrigou a transpor, nos termos da lei, o Orçamento de 2014 com as modificações orçamentais introduzidas ao longo do exercício. Ao todo, foram 11, sendo 10 na forma de alteração e 1 na forma de revisão. -----

O Município obteve em 2015 Receitas de 27.224.415 euros e Despesas de 24.986.261 euros. Com taxas de execução de, respetivamente, 100% e 92%. O saldo de execução orçamental foi assim de 2.643.625 euros positivos e o resultado líquido do exercício de 1.775.502 euros positivos. -----

Destaque para o facto de as Receitas Totais registarem um aumento de 3,64% face a 2014, invertendo a tendência de queda registada nos dois exercícios anteriores. Este crescimento resultou sobretudo da evolução positiva das

AA
47



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Receitas Correntes, que representam 90% da Receita Total. -----

Na estrutura das Receitas Correntes, os impostos diretos representaram a maior fatia, com 45% do total, sendo a principal fonte de receita o Imposto Municipal sobre Imóveis (73%), responsável por 7.970.184 euros, mais 4% que um ano antes. Nos impostos indiretos, a taxa de execução foi de 217%, com receitas de 819.501 euros, graças ao crescimento dos impostos de mercados e feiras, loteamentos e obras e ocupação da via pública. Nesta rubrica, conseguiu-se inverter a tendência de queda que se registava desde 2012. -----

As transferências correntes, no valor de 8.359.362 euros, apresentaram uma taxa de realização de 103%. Tiveram maior impacto a rubrica da participação nos impostos do Estado – que representa 62% do total de transferências - assim como as transferências de delegações de competências no ensino básico, refeições e prolongamento de horário. De relembrar que na receita de participação fixa no IRS, a Autarquia prescindiu de cerca de meio milhão de euros de receita a favor dos municípios. -----

Na Despesa, a Despesa Corrente – que representa 86% do total – registou uma taxa de realização de 95%, num total de 21.452.318 euros. Sendo que as Despesas com Pessoal representaram 60% e as Despesas com Aquisição de Bens e Serviços 31%. Já as Despesas de Capital são representadas em 56% pela aquisição de bens de capital e em 33% pelos passivos financeiros. Sendo que a Autarquia não utilizou em 2015, tal como no ano anterior, a empréstimos de curto-prazo. -----

No total, o Município do Montijo investiu 1.923.131 euros, mais 43% face a 2014. 78% desse valor destinou-se a edifícios e construções diversas, como a requalificação do Mercado Municipal, o Passeio Ribeirinho do Cais, o pré-



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

escolar do Alto Estanqueiro-Jardia, a participação na construção do Cais dos Pescadores e a remodelação da cobertura das Piscinas Municipais. Foram ainda reforçados os apoios nas áreas social, educação, associativismo, desenvolvimento de atividades culturais, turísticas e económicas. -----

De destacar ainda que se procedeu ao pagamento de parte da subscrição do Fundo de Apoio Municipal – 160.190 euros – e à amortização de empréstimos de médio e longo prazo - no valor de 1.177.893 euros. No total, esta foi a maior descida no endividamento municipal desde 2012, ficando a Autarquia a 31 de dezembro de 2015 com um endividamento de 8,855.717 euros, menos 11,74% que um ano antes. -----

O Executivo PS conseguiu assim garantir, através de uma disciplina financeira de rigor, a saúde financeira da Autarquia. Sem pôr em causa a prestação dos serviços públicos às populações e o apoio às famílias e empresas. E promovendo o desenvolvimento económico, social e cultural do Concelho. -----

Os resultados desta gestão responsável e transparente permitem agora ao Município a capacidade para se preparar e de avançar com confiança para novos ciclos de investimento e desenvolvimento. Nomeadamente os decorrentes dos fundos do Portugal 2020, abrindo novas oportunidades para garantir um futuro sustentado – com mais qualidade, mais emprego e mais desenvolvimento económico e social – para o nosso Concelho. -----

Por todas estas razões, a bancada do Partido Socialista votou favoravelmente os documentos de prestação de contas de 2015.” -----

O senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes – Joaquim Batalha** (CDU), leu uma Declaração de Voto, cujo teor abaixo se transcreve: -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
P
h

“Os membros da CDU na Assembleia Municipal do Montijo, decidiram abster-se na votação relativa à prestação de contas apresentada por esta maioria relativa do PS, que gere os destinos autárquicos deste concelho. -----

Esta abstenção encontra-se justificada, porque sendo um documento técnico reflete ele também em si políticas desenvolvidas pelo PS local, nas quais não nos revemos. -----

Apesar da reprovação dos Orçamentos para 2015, verificou-se que não inviabilizou a realização de onze modificações orçamentais, não tendo feito outras por mera opção política discricionária, quando havia necessidade de serem feitas para dar resposta a muitas solicitações dos munícipes e das freguesias. -----

Poderia este Executivo ter ido mais além, nas suas opções políticas de apoio às famílias, os resultados agora apresentados confirmam a justeza da proposta da CDU de **reduzir a taxa máxima do IMI, para prédios urbanos, colocando-a nos 0,4% indicados na Resolução do XII Congresso da ANMP.** -----

Está compaginada nestes resultados a política de contratação de serviços em detrimento na aposta de serviços prestados pelos trabalhadores municipais, aumentando inevitavelmente a rubrica de prestação de serviços e apontando para a privatização de serviços municipais. -----

Continuamos a verificar a chamada de atenção do Certificador Legal de contas, de ainda não ser possível validar relevantes valores, nomeadamente do Imobilizado do Município do Montijo, nem o valor das respetivas amortizações, posto que se encontraria ainda em “**fase de regularização**” contabilística o levantamento do imobilizado do município (Bens do Domínio Público e imobilizações corpóreas), com a incapacidade dos serviços em relacionar a



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

totalidade dos bens do ativo imobilizado com a indispensável inscrição na Conservatória do Registo Predial e nas Finanças o que invalidava a análise da titularidade em relação à totalidade do imobilizado. -----

Continuamos a verificar pela passagem de mais um ano e referenciado ainda pelo Certificador Legal que o **“município não tem totalmente implementada a contabilidade de custos”**, o que torna impossível conhecer o, cita-se **“eventual impacto em trabalhos para a própria entidade...”** e que a nosso ver poderia resultar numa outra visibilidade aos resultados agora apresentados. -----

Estas são algumas questões que determinaram o sentido de voto de abstenção responsável da bancada da CDU e como temos dito por diversas vezes, com a CDU no poder autárquico teremos outras políticas alternativas que se refletirão em outros resultados de impactos visíveis para o bem-estar da população do nosso concelho. Estamos certos que nos encontramos próximos de dar aos Montijenses uma nova esperança de desenvolvimento para a nossa terra.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Francisco Cordeiro (PSD)**, no uso da palavra, leu uma **Declaração de Voto**, que abaixo se transcreve: -----

“Na apreciação dos documentos de prestação de contas da Câmara Municipal do Montijo. Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, verifica-se que a execução do Plano Plurianual de Investimentos continua a manifestar-se manifestamente insuficiente (69% no ano e 23% no total) sendo que temos sistematicamente referido este é um documento de compromisso político que permite através da informação disponibilizada, que todos avaliem o cumprimento das promessas vertidas, sendo que o PPI deverá por isso mesmo ser executável no prazo a que se propõe e não ser repetidamente um

Handwritten signature and initials



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

repositório de boas intenções ou de promessas eleitorais irrealistas, porque nunca cumpridas. -----

Esperamos para ver, agora que iremos entrar na reta final do mandato e se aproximam as eleições e o novo ciclo que se adivinha de promessas sucessivamente adiadas. -----

Por último e socorrendo-nos do relatório de certificação legal de contas, importa realçar que uma vez mais foi efetuada uma reserva às contas pelo facto de não estar ainda regularizado o imobilizado da CMM, situação que estará a ser regularizada. Relembramos, uma vez mais o referido no preâmbulo do POCAL. -----

«que (O POCAL) Permita, nomeadamente: -----

g) A disponibilização de informação sobre a situação patrimonial de cada autarquia local.» -----

Isso não acontece nas contas da Câmara Municipal do Montijo. -----

Esperamos que na análise das contas de 2016, as não conformidades agora verificadas estejam definitivamente corrigidas e a contabilidade apresente cabalmente uma imagem verdadeira e apropriada.” -----

PONTO DOIS - Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal nº 952/2016 – “**Documentos da Prestação de Contas de 2015 – SMAS**”; -----

“Proponho que: A Câmara Municipal delibere aprovar a deliberação do Conselho de Administração de 23/03/2016, titulada pela proposta nº. 19/2016 e se dá por reproduzida, nos termos e pelos fundamentos dela contantes, e posteriormente enviar à Assembleia Municipal para aprovação. -----

Handwritten signature



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Considerando que: -----

1. De acordo com a alínea e) do art. 13.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, com a Resolução n.º 4/2001 – 2ª Secção – Instruções do Tribunal de Contas, n.º 1/2001 – 2ª Secção, publicada no Diário da Republica – II Série, de 18 de agosto de 2001, e com a alínea i), do n.º 1, do art.º 33º, e alínea l) do n.º 2, do art.º 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apresentam – se os Documentos de Prestação de Contas relativos ao exercício de 2015: -----

A. Documentos a aprovar pelo Conselho de Administração e a submeter à apreciação e aprovação da Câmara Municipal e Assembleia Municipal: -----

- 1. Balanço; -----
- 2. Demonstração de Resultados; -----
- 6. Controlo Orçamental da Despesa; -----
- 7. Controlo Orçamental da Receita; -----
- 8. Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos; -----
- 9. Mapa de Fluxos de Caixa; -----
- 10. Contas de Ordem; -----
- 11. Operações de Tesouraria; -----
- 12. Caracterização da Entidade; -----
- 13. Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados; -----
- 17. Contratação Administrativa – Situação dos Contratos; -----
- 28. Relatório de Gestão; -----
- 33. Síntese das Reconciliações Bancárias; -----
- 37. Relação Nominal de Responsáveis; -----

B. Documentos que se encontram integralmente elaborados e devidamente arquivados para consulta quando para tal forem solicitados: -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AAPE
4

3. Plano Plurianual de Investimentos; -----
4. Orçamento (Resumo); -----
5. Orçamento; -----
14. Modificações do Orçamento - Receita; -----
15. Modificações do Orçamento – Despesa; -----
16. Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos; -----
27. Outras dívidas a terceiros; -----
31. Norma de Controlo interno e suas alterações; -----
32. Resumo diário de Tesouraria;-----
36. Relação de Acumulação de Funções;-----
Declarações no âmbito da Lei dos compromissos e pagamentos em
atraso;-----
Mapa Síntese detalhado;-----
Declaração de Responsabilidade -----
(nos termos previstos da Resolução nº 44/2015, do Tribunal de Contas); ---
2. Nos documentos que a seguir se elencam não houve quaisquer movimentos
e/ou registos contabilísticos, pelo que não foram elaborados:-----
 18. Transferências Correntes – Despesa;-----
 19. Transferências de Capital – Despesa;-----
 20. Subsídios Concedidos;-----
 21. Transferências Correntes – Receita;-----
 22. Transferências de Capital – Receita;-----
 23. Subsídios Obtidos;-----
 24. Ativos de Rendimento Fixo;-----
 25. Ativos de Rendimento Variável;-----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA
11

26. Empréstimos;-----
35. Relação de Emolumentos Notariais e Custas de Execuções Fiscais.-----
3. Nos termos da resolução nº 44/2015, publicada no Diário da República, 2ª Serie, nº 231, de 25 de novembro, junto se submete à subscrição do Conselho de Administração a declaração de responsabilidade, que fará parte integrante da presente proposta no n.º 1.B.-----
4. Assim, mediante o exposto, propõe – se, que o Conselho de Administração delibere aprovar os documentos referidos no n.º 1.A, submetendo – os, posteriormente, a apreciação e aprovação da Câmara e Assembleia Municipal, respetivamente.-----

Sobre a matéria, a assembleia municipal enviou informação escrita, a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 29º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, informação, essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. -----

O senhor **Deputado Municipal – Ricardo Bernardes (PS)**, no uso da palavra, leu uma **Declaração Política**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“Os documentos de prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Montijo (SMAS), relativos ao exercício de 2015 e hoje submetidos à apreciação desta Assembleia, comprovam claramente o rigor da gestão financeira daqueles serviços, análogo ao que podemos encontrar nas contas do Município. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten initials and a signature in the top right corner.

Assim, no ano em análise, conseguiu-se finalmente obter uma situação de equilíbrio, após a entrada no SIMARSUL: o exercício fechou com um resultado líquido positivo de 58 767,59€ - o que abre a porta para que se possam aprofundar os esforços em investimento. -----

Mais concretamente, verifica-se que a **receita global** obtida foi de 5 852 592,50€ e a despesa global de 5 559 313,91€, registando-se uma taxa de execução orçamental na receita de 96,11% e na despesa de 91,3%. -----

O investimento realizado foi já superior a 267.000 Euros, dividindo-se por dois diferentes planos: o do **sistema de saneamento** e o da **captação e distribuição de água**. -----

No que se refere **ao primeiro**, podemos destacar, entre as principais intervenções, a remodelação e instalação do coletor de águas residuais domésticas da Avenida Luís de Camões; a reparação do coletor pluvial na Rua do Cemitério em Sarilhos Grandes e a remoção da ETAR de Pegões Gare e devolução dos respetivo terrenos ao proprietário, entre outros. -----

Paralelamente, adquiriram-se os terrenos necessários para a nova ETAR de Canha, tendo-se também aprovado o projeto de execução e iniciado o concurso público que permitirá o arranque efetivo da obra. -----

No que respeita **ao segundo**, damos nota da continuação dos esforços de reforço e modernização das condutas de abastecimento, os quais se traduziram, designadamente, nas seguintes atuações: a remodelação da rede de abastecimento do Bairro Almansor em Canha; a remodelação da conduta de distribuição de água na rua João da Veiga do Bairro da Boa Esperança; a instalação de conduta de água para o novo Cais dos Pescadores; a instalação de



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature or initials in the top right corner.

nova conduta de abastecimento de ligação do anel da Estrada Real à Estrada do Seixalinho; a manutenção das infraestruturas da estação de captação de água no Apeadeiro de Sarilhos, entre outros. -----

Do ponto de vista dos **recursos humanos**, conforme pode comprovar-se pelos documentos em discussão, os custos com pessoal diminuíram cerca de 2,5% em relação ao exercício anterior, saldando-se agora em 1 618 603, 64 Euros. Trata-se de um quadro pessoal composto por 89 trabalhadores, onde não existem vínculos precários, e se investiu fortemente na formação profissional, tendo em vista qualificação dos trabalhadores e a melhoria de qualidade dos serviços prestados às populações. -----

A política de gestão de tarifários praticados caracterizou-se pelo rigor, mas também pela prudência e pela sensibilidade social: isso demonstra-se claramente pela circunstância de o alargamento das tarifas a empresas, antes delas excluídas, ter sido feito de modo gradual e parcimonioso, por forma a evitar um impacto negativo na sua atividade, no quadro das dificuldades económicas que o país atravessa; por outro lado, em atenção a essas mesmas dificuldades, as dívidas acumuladas por particulares, tituladas por planos de pagamento, foram sempre tratadas com a recetividade possível. Acrescente-se, de resto, que as tarifas praticadas cumprem todos os critérios atendíveis, e permitem garantir o acesso de todos à água – que é, evidentemente, um bem fundamental. -----

No desenvolvimento da sua atividade ao longo do exercício de 2015, dos SMAS do Montijo, denotam-se três linhas de atuação fundamentais: a **modernização dos serviços**, a **melhoria da relação com os clientes**, numa lógica a que não é estranha a ideia de tutela do consumidor e o **incremento da qualidade e da**



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature and initials in the top right corner.

eficiência do serviço prestado. -----

A **primeira** delas pode bem divisar-se na crescente desmaterialização e aprofundamento da utilização de novas tecnologias de informação e comunicação. -----

No âmbito da **segunda**, pode destacar-se, p. ex., a realização de uma auditoria de acompanhamento no âmbito do Sistema de Gestão de Qualidade, de acordo com a norma NP EN ISO 9001:2008. De resto, os resultados desta política, foram evidentes e falam por si: no exercício de 2015 registaram-se apenas 62 reclamações de clientes, menos de metade do número registado em 2011. -----

Finalmente, quanto à última, pode referir-se que, além de se ter sentido uma redução das perdas de cerca de 20%, face ao ano passado, os competentes procedimentos e testes de qualidade aplicáveis – previstos, concretamente no DL n.º 306/2007, de 27 de agosto – mostram hoje que a qualidade da água distribuída pelos SMAS do Montijo é de superior qualidade. -----

No cômputo geral pode assim realçar-se o rigor e a eficiência dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, apoiado em dados factuais concretos e não em meras proclamações retóricas – que só pode contribuir para prestigiar a atividade municipal e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. -----

O Grupo Municipal do Partido Socialista na AM do Montijo felicita, por isso, o Conselho de Administração dos SMAS pelos resultados obtidos.” -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada com 10 votos a favor do PS, 14 abstenções (5 da CDU, 7 do PSD e 2 do BE) e 0 votos contra. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O senhor **Deputado Municipal – Sérgio Vasco** (PSD), no uso da palavra, leu uma **Declaração de Voto**, cujo teor se transcreve: -----

“Na discussão para apreciação das contas dos SMAS de 2015, temos de referir que a execução do Plano Plurianual de Investimentos referente ao abastecimento de água e saneamento continua a manifestar-se insuficiente. ----
No exercício de 2015, a taxa de execução do PPI global foi de apenas e só de 15%. Como vimos repetidamente referindo, o plano plurianual de investimentos deverá ser executável e não um repositório de boas intenções nunca cumpridas. No que respeita à reserva às contas feitas pelo ROC acerca do facto de não estar ainda regularizado o imobilizado dos SMAS e, por esse facto não se conseguirem relacionar a totalidade dos bens do ativo importa realçar, como temos vindo a fazer desde que existe obrigatoriedade de revisão das contas, que tal pode fazer com que a contabilidade não reflita os valores exatos dos bens do ativo imobilizado e consequentemente as amortizações que impactam nos resultados do exercício. -----

E isso é tão mais importante, conquanto os resultados dos SMAS implicam também com a contabilidade da Câmara Municipal do Montijo. -----

Esperamos que na análise das contas de 2016, a não conformidade agora verificada esteja definitivamente corrigida, a bem da observância dos princípios contabilísticos e da imagem correta e apropriada que a contabilidade deve apresentar dos SMAS.” -----

Seguidamente, foi a presente ata aprovada em minuta nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, por forma a produzir eficácia imediata. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Dado o adiantado da hora, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrada a primeira reunião da segunda sessão ordinária, eram duas horas, do dia trinta de abril de dois mil e dezasseis. Informou ainda, todos os presentes que a segunda reunião ficava agendada para a próxima segunda-feira, dia dois de maio de dois mil e dezasseis, pelas vinte uma hora. -----

E eu, *Jocelina Maria Ozevedo Barbosa*, Assistente Técnica, da Assembleia Municipal, fiz lavrar a presente ata que subscrevo, juntamente com a constituição da mesa. -----

----- A Presidente da Assembleia -----

Leonor Amélia Antunes

----- O 1º Secretário -----

Pedro Rafael Pereira Reis Carmona

----- A 2ª Secretária -----

Cláudia Ozevedo Antunes